

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

DARCY SIQUEIRA ALBUQUERQUE JÚNIOR

**A TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS ESTADOS,
DO DISTRITO FEDERAL E DAS CAPITALIS: uma análise sob a ótica do
Processo Hierárquico Analítico (*AHP*).**

**VITÓRIA
2019**

DARCY SIQUEIRA ALBUQUERQUE JÚNIOR

**A TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS ESTADOS,
DO DISTRITO FEDERAL E DAS CAPITAIS: uma análise sob a ótica do
Processo Hierárquico Analítico (*AHP*).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Olavo Venturim Caldas

**VITÓRIA
2019**

DARCY SIQUEIRA ALBUQUERQUE JÚNIOR

A TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DAS CAPITAIS: uma análise sob a ótica do Processo Hierárquico Analítico (AHP).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, linha de pesquisa em Contabilidade Pública, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante, na área de concentração Contabilidade Pública.

Aprovado em 02 de abril de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: OLAVO VENTURIM CALDAS

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
– FUCAPE)

Prof. Dr.: FRANCISCO ANTONIO BEZERRA

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
– FUCAPE)

Prof. Dr.: JOÃO EUDES BEZERRA FILHO

(Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
– FUCAPE)

RESUMO

A presente pesquisa avaliou os portais da transparência dos estados, do Distrito Federal e das capitais brasileiras, a partir da metodologia de Jahns e Raupp (2016), adaptada com a utilização da técnica de *Processo Hierárquico Analítico (AHP)* para ponderar a importância dos critérios utilizados no ranking. A análise desenvolveu-se sob três elementos: publicidade, compreensibilidade e utilidade, para identificar os melhores portais como redutores da assimetria de informação, bem como, a qualidade das informações disponibilizadas. A pesquisa descritiva, documental, quantitativa e qualitativa, foi realizada por meio de levantamento em documentos oficiais e nos portais eletrônicos dos 26 estados da Federação mais o Distrito Federal e nas suas capitais, coletados no período de maio a junho de 2018. Dessa maneira a sua contribuição se perfaz na utilização de um modelo de avaliação dos referidos portais a partir de uma modelagem científica multicriterial, diferentemente do que existe em termos de avaliação para estes sítios. Os resultados obtidos, tanto com e sem o uso da modelagem AHP, demonstram ter havido um avanço qualitativo nos portais analisados. A utilização do AHP mostrou-se adequada para a análise proposta nesta pesquisa reduzindo a subjetividade dos resultados encontrados, principalmente em relação aos entes públicos classificados em posições intermediárias nos rankings de transparência.

Palavras-chave: Acesso à informação; Transparência; Processo Hierárquico Analítico (AHP); Portais Eletrônicos; Estados e capitais no Brasil.

ABSTRACT

The present study evaluated the transparency portals of the states, the Federal District and Brazilian capitals, based on the Jahns and Raupp (2016) methodology, adapted using the Hierarchical Analytical Process (AHP) technique to consider the importance of the criteria used in the ranking. The analysis developed under three elements: publicity, comprehensibility and utility, to identify the best portals as reducing the asymmetry of information, as well as the quality of the information made available. The descriptive, documental, quantitative and qualitative research was carried out by means of a survey in official documents and in the electronic portals of the 26 states of the Federation plus the Federal District and in its capitals collected from May to June of 2018. Their contribution is based on the use of an evaluation model of these portals from a multicriterial scientific modeling, differently from what exists in terms of evaluation for these sites. The results obtained, both with and without the use of the AHP model, show that there has been a qualitative improvement in the analyzed portals. The use of AHP was adequate for the analysis proposed in this study, reducing the subjectivity of the results found, mainly in relation to public entities classified in intermediate positions in the transparency rankings.

Keywords: Access to information; Transparency; Analytical Hierarchical Process (AHP); Electronic Portals; States and capitals in Brazil.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Escala fundamental de Saaty.....	28
Tabela 2 - Valores do Índice Randômico (IR).....	31
Tabela 3 - Ranking de transparência 2018	47
Tabela 4 - Contribuição por critérios (Bi).....	52
Tabela 5 - Contribuição por subcritérios (Ci).....	52
Tabela 6 - Ordem de hierarquia de subcritérios (Ci)	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de comparações paritárias de elementos genéricos	29
Quadro 2 - Elementos e parâmetros de transparência.....	33
Quadro 3 - Matriz de comparações paritárias: Critérios	36
Quadro 4 - Matriz de comparações paritárias: Publicidade.....	37
Quadro 5 - Matriz de comparações paritárias: Compreensibilidade.....	38
Quadro 6 - Matriz de comparações paritárias: Utilidade	39
Quadro 7 - Consolidação das Notas dos Especialistas.....	40
Quadro 8 - Modelo das avaliações dos critérios com AHP	41
Quadro 9 - Teste de consistência da matriz critérios e subcritérios	55
Quadro 10 - Comparações dos rankings com e sem a modelagem AHP	61
Quadro 11 - Comparações dos rankings com e sem AHP: capitais.....	64
Quadro 12 - Endereços dos portais eletrônicos	73
Quadro 13 - Ranking dos portais dos estados 2018 - com modelagem AHP	75
Quadro 14 - Ranking dos portais das capitais 2018 - com modelagem AHP.....	76
Quadro 15 - Modelo de análise: elemento publicidade	78
Quadro 16 - Modelo de análise: elemento compreensibilidade.....	79
Quadro 17 - Modelo de análise: elemento utilidade	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Análise do elemento publicidade dos portais dos estados	43
Gráfico 2 - Análise de compreensibilidade dos portais dos estados	44
Gráfico 3 - Análise de utilidade dos portais dos estados	45
Gráfico 4 - Ranking dos portais eletrônicos dos estados brasileiros	46
Gráfico 5 - Análise de publicidade dos portais das capitais	48
Gráfico 6 - Análise de compreensibilidade dos portais das capitais.....	49
Gráfico 7 - Análise de utilidade dos portais das capitais	50
Gráfico 8 - Ranking dos portais eletrônicos das capitais.....	51
Gráfico 9 - Análise de publicidade dos portais dos estados com AHP	57
Gráfico 10 - Análise de compreensibilidade dos portais.....	58
Gráfico 11 - Análise de utilidade dos portais dos estados com AHP	59
Gráfico 12 - Nota Geral dos portais dos estados com AHP	60
Gráfico 13 - Análise de publicidade dos portais das capitais com AHP	61
Gráfico 14 - Análise de compreensibilidade dos portais das capitais.....	62
Gráfico 15 - Análise de utilidade dos portais das capitais com AHP	63
Gráfico 16 - Nota Geral dos portais das capitais com AHP	63

SUMÁRIO

Capítulo 1	10
1 INTRODUÇÃO	10
Capítulo 2	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 TRANSPARÊNCIA E ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO	13
2.1.1 A qualidade da informação	13
2.1.2 Acesso à informação	14
2.2 LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E OS PORTAIS	16
DA TRANSPARÊNCIA	16
2.4 CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO AHP	24
Capítulo 3	32
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	32
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA E COLETA DE DADOS	32
3.2 ANÁLISES DO CONTEÚDO DOS PORTAIS	32
Capítulo 4	42
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS DOS ESTADOS - ANO DE 2018 - METODOLOGIA DE JAHNS E RAUPP (2016)	43
4.1.1 Publicidade	43
4.1.2 Compreensibilidade	44
4.1.3 Utilidade	45
4.1.4 Ranking	45
4.1.5 Análise dos resultados dos estados - 2018	47
4.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS CAPITAIS – ANO DE 2018 - METODOLOGIA DE JAHNS E RAUPP (2016)	48
4.2.1 Publicidade	48
4.2.2 Compreensibilidade	49
4.2.3 Utilidade	50
4.2.4 Ranking	51
4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS COM AHP	51
4.3.1 Ranking dos portais dos estados com AHP	56
4.3.2 Ranking dos portais das capitais com AHP	61

Capítulo 5.....	66
5 CONCLUSÃO	66
Referências.....	68
APÊNDICE A - ENDEREÇOS DOS PORTAIS ELETRÔNICOS.....	73
APÊNDICE B – RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES COM AHP.....	75
ANEXO A – PRINT DEMONSTRATIVO DA DATA DA COLETA.....	76
DOS DADOS DOS ESTADOS E CAPITAIS	76
ANEXO B – MODELOS DE ANÁLISE DOS ELEMENTOS	78

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios do controle social diz respeito à criação de mecanismos que possibilitem a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, sendo que informações precisas e tempestivas possuem papel estratégico para o controle social, atendendo aos usuários externos e internos da entidade. (Santos & Souza, 2010).

A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, trouxe alteração substancial na redação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no tocante à transparência da gestão fiscal, impondo que sejam disponibilizadas, em tempo real, informações minuciosas acerca da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Lei Complementar 131, 2009).

Para melhor compreender o papel da divulgação de informações (transparência e acesso à informação) como ferramenta de controle social, estudos na literatura nacional buscaram mensurar o nível de transparência, indicadores, impactos e determinantes. (Platt Neto, 2005; Platt Neto, Cruz, Ernsslin, & Ernsslin, 2007; Allegretti & Platt Neto, 2011; Raupp, 2011; Cruz, Ferreira, Silva, & Macedo, 2012; Bernardes, Santos & Rover, 2015; Jahns & Raupp, 2016).

Gruman (2012) destaca que existem diferenças de nível de informações entre a sociedade e gestores públicos, a literatura denomina essa diferença de assimetria de informação, e esta não existe somente entre o cidadão e os gestores, mas, também, entre os próprios funcionários públicos. (Bezerra, 2017).

Diversas metodologias foram utilizadas nos estudos acima referidos para análise das informações disponibilizadas pelos portais eletrônicos, entretanto, nesta pesquisa fez-se a opção pela proposta por Jahns e Raupp (2016) adaptada com a técnica de Processo Analítico Hierárquico – AHP, para reduzir a subjetividade entre os parâmetros de medida, tendo em vista que o AHP é uma ferramenta de priorização e uma técnica multicritério que leva em consideração o julgamento subjetivo de vários decisores, simultaneamente, em relação ao objeto desta pesquisa. (Dutra & Fogliatto, 2007).

O AHP faz a transformação de comparações par a par, que às vezes são empíricas, em dados numéricos, realizando seu processamento e comparação, possibilitando sua hierarquização, o que é o principal diferencial dessa modelagem em relação a outras existentes (Wollmann, Steiner, Vieira, & Steiner, 2012).

Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar os portais eletrônicos sob três dimensões: publicidade, compreensibilidade e utilidade, para identificar os que melhor cumprem a legislação, inicialmente por uma metodologia já utilizada por Jahns e Raupp (2016), e comparar com uma nova visão que utiliza ponderações de critérios a partir da metodologia AHP.

Sendo assim, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos da utilização de uma metodologia de priorização de critérios influenciam na medição do nível de transparência dos portais eletrônicos dos estados brasileiros e suas capitais?

Esse estudo se justifica por atualizar e ampliar a classificação dos portais de transparência dos estados, do Distrito Federal, tendo como parâmetro a pesquisa realizada por Jahns e Raupp (2016), que resultou em um ranking dos melhores portais de transparência dos estados brasileiros, bem como, avaliar os portais das capitais

brasileiras utilizando-se os mesmos elementos e parâmetros da referida pesquisa, e ainda, de forma inédita, avaliá-los sob uma nova óptica, utilizando o método *Analytic Hierarchy Process* (AHP).

Dessa maneira, como contribuição, tem-se a criação de um modelo de avaliação dos portais de transparência a partir de uma modelagem multicriterial e a utilização do mesmo de forma inovadora para esse tipo de abordagem.

Os resultados encontrados demonstram que, de forma geral, houve uma evolução significativa em grande parte dos portais eletrônicos dos entes da Federação como das capitais brasileiras, contribuindo, assim, para uma maior transparência e favorecendo ao cidadão um controle social mais efetivo sobre as contas públicas. Entretanto, nota-se que, ainda, há uma parcela significativa de portais que ainda não atingiram os níveis ideais de cumprimento das obrigações legais e divulgação das receitas e despesas públicas dos seus entes.

De outro modo, identificaram-se limitações no método proposto por Jahns e Raupp (2016) e a utilização da modelagem AHP serviram para mitigá-las, diminuindo a subjetividade existente nos julgamentos e aplicando uma ponderação para os critérios (elementos) diretamente proporcional ao seu grau de importância, conforme julgamentos dos especialistas.

Por fim, a modelagem AHP revelou-se adequada para o objetivo desta pesquisa, podendo ser utilizada em estudos futuros que necessitem de uma ferramenta de análise e planejamento multicriteriais.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRANSPARÊNCIA E ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

2.1.1 A qualidade da informação

A divulgação de informações públicas para a sociedade é primordial ao desenvolvimento e à manutenção da democracia (Bernardes, Santos, & Rover, 2015), entretanto, não basta somente disponibilizar informações, o Estado deve estimular a ativa participação do cidadão na tomada de decisões, na realização de políticas públicas, e na criação da informação, esse diálogo com a sociedade na busca de uma nova maneira de gestão da *res publica*, a literatura denomina de gestão compartilhada. (Gruman, 2012).

Nesse sentido, Paulo (2007), aduz que quando existem informações que provocam dúvidas e em número pequeno, os usuários externos podem se sentir inseguros, em posição de risco, o que leva a um aumento do “prêmio pelo risco” da falta de informação. O referido autor destaca que ao se levar em conta a importância da qualidade da informação produzida, em aspectos como transparência e precisão, também se faz necessária que essa informação chegue, aos usuários, em tempo hábil para a tomada de decisão.

Gruman (2012) afirma que transparência só pode ser alcançada com a transformação da informação em ferramenta de ação da sociedade, o que, na maioria das vezes, é difícil de alcançar. O referido autor elenca duas principais dificuldades para utilização da informação pela sociedade: a baixa escolarização da população, mais especificamente a “alfabetização digital”, e o uso de uma linguagem essencial

técnica na produção dessas informações, o que resulta na necessidade de utilização de uma linguagem mais acessível, que ele denominou de “linguagem cidadã”. (Gruman, 2012).

Incrementar a transparência e a participação da comunidade tende a ser uma importante contrapartida ao dar à sociedade informações que, na maioria das vezes, somente são disponibilizadas para os gestores, levando a distintos resultados e uma representação mais efetiva. Também, a ampliação da transparência pode promover a participação comunitária e a promoção de maiores possibilidades de fiscalização e justiça social. (Altman, Mann, McDonald, Michael & Ornstein, 2010).

Dessa maneira, ações e processos de tomada de decisões transparentes de governos são fundamentais para a formação de uma sociedade bem informada, podendo se dar, entre outros, pela disponibilização da informação, conhecimento e acesso por parte do cidadão e prestação de contas, por parte do governo, das decisões tomadas.

2.1.2 Acesso à informação

A partir da década de 1960, a utilização da tecnologia da informação pelas administrações públicas passou a ser utilizada com mais intensidade. (Sanches, 2003). Entretanto, segundo este autor “esta tecnologia era usada de uma forma muito limitada conceitualmente. A informática era uma atividade separada dentro de uma repartição, ao alcance apenas de peritos”. (Sanches, 2003, p. 93). Infere-se, pois, que o uso dessa tecnologia, inicialmente, teve um impacto reduzido na administração pública.

No início da década de 1990, com o desenvolvimento das redes de computadores conectados entre si, e com a possibilidade de distribuição, compartilhamento e geração de informações em tempo real, nota-se um incremento para transformações nas ações governamentais, com a implementação, por estados e municípios, de políticas públicas com a utilização de sistemas informacionais integrados com objetivos diversos. (Sanches, 2003).

Essas ações buscam o monitoramento das transações, apoio às ações de controle, arrecadação tributária, planejamento e tomada de decisões, buscando prestar serviços ao cidadão com mais eficiência, o que foi denominado de “governo eletrônico”. (Sanches, 2003).

Conceituar “Governo Eletrônico” não diz respeito, somente, ao uso e presença em grande quantidade de computadores nos órgãos estaduais, mas, a busca pela concretização, por meio da tecnologia, de um relacionamento mais direto, com transparência e maior participação dos órgãos do Estado e o cidadão. (Sanches, 2003).

Em 2011, com a promulgação da Lei nº 12.527, denominada de Lei de Acesso à Informação, deu-se um grande passo para a consolidação do regime democrático brasileiro, levando-se a uma maior participação dos cidadãos e ao fortalecimento dos instrumentos de controle de gestão. Controladoria-Geral da União (CGU) (2011).

Dessa maneira, a regulamentação do artigo 5º, inciso XXXIII da Carta Magna brasileira, garantiu ao cidadão o acesso à informação, bem como, cumpriu os compromissos assumidos pelo Brasil com os tratados e convenções internacionais (CGU, 2011).

Note-se que a citada lei altera um paradigma na seara da transparência pública, tendo em vista que impõe o acesso como regra e o sigilo, como exceção, assim, a sociedade pode solicitar informações públicas, desde que não classificadas como sigilosas, através de instrumentos definidos no escopo da Lei, observando-se regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos (Jahns; Raupp, 2016).

Importante ressaltar, que esses instrumentos são partes integrantes do denominado “governo eletrônico” (*e-gov*). Nesse sentido, Braga *et al* (2008) citado por Jahns e Raupp (2016, p. 54), consideram que o governo eletrônico “é o instrumento que o Estado utiliza para permitir que os cidadãos enfrentem os desafios acarretados pela globalização”.

Assim, o *e-gov* se perfaz como agente fundamental de modificações no serviço público direcionadas para garantir a *accountability*, transparência e uma melhoria na comunicação entre governo e cidadãos, com o uso de tecnologias avançadas. (Cegarra, Pachón, & Cegarra, 2012).

2.2 LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E OS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

No ano 2009, foi promulgada a Lei Complementar nº 131. Esta Lei regulamentou a maneira como as contas públicas e demais informações fiscais e orçamentárias seriam divulgadas na rede mundial de computadores, por meio de portais eletrônicos, em tempo real, para todos os municípios com população superior a cem mil habitantes. (Lei Complementar n. 131, 2009). Atualmente, de acordo os prazos estabelecidos e já esgotados no art. 73-B da referida lei, todos os entes da

Federação têm obrigação em disponibilizar os dados ao integral conhecimento da sociedade. (Lei Complementar n. 131, 2009).

Por portais eletrônicos tem-se que é uma página na rede mundial de computadores onde todos os serviços e informações do órgão têm a possibilidade de serem acessados, permitindo a disponibilização de dados ininterruptamente, sendo, também, um canal de comunicação entre governos e cidadãos. (Akutsu & Pinho, 2002).

A Lei Complementar nº 131/2009 trouxe alterações substanciais nas obrigações de transparência dos entes públicos no Brasil, modificando Lei Complementar nº 101/2000, que passou a tratar no artigo 48 e parágrafos dos instrumentos de transparência da gestão fiscal e das formas de assegurar esse mecanismo de controle social (Lei Complementar n. 131, 2009).

Assim, o citado artigo da LRF, estabelece em seu *caput*:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (Lei Complementar n. 101, 2000).

A partir da promulgação da LC nº 131/2009, novo parágrafo único passou a dispor que a transparência seja garantida, também, por meio de: incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas, quando da elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. (Lei Complementar n. 131, 2009).

Outra inovação é a previsão da disponibilização, para que a sociedade tome conhecimento e acompanhe, em tempo real, as informações detalhadas acerca da

execução orçamentária e financeira, em “meios eletrônicos de acesso público”. Ou seja, deve haver uma divulgação ampla dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal de acordo com o previsto no *caput* do art. 48 da LRF. (Lei Complementar n. 131, 2009).

Por fim, há previsão da adoção de um sistema integrado de administração financeira e controle, com um padrão mínimo de qualidade constituído pelo Poder Executivo federal. (Lei Complementar n. 131, 2009).

O *caput* do artigo 2º da LC nº 131/2009 adicionou à LRF os artigos 48-A, 73-A, 73-B e 73-C.

O primeiro impõe que,

Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do artigo 48, a União, os Estados, o DF e os Municípios disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes à despesa e à receita. (art. 48-A, LC nº 131/2009). (Lei Complementar n. 131, 2009).

Quanto à despesa, serão colocados à disposição todos os atos praticados pelas unidades gestoras no transcorrer da sua execução, no instante de sua realização, dispostos, no mínimo, os dados quanto “ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou serviço prestado, à pessoa física/jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado”. (Mafra, 2009, p. 4).

No tocante à receita, devem ser disponibilizados o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, incluindo os recursos extraordinários. (Lei Complementar n. 131, 2009).

O art. 73-A da LRF habilita os cidadãos, os partidos políticos, associações ou sindicatos como partes legítimas para denunciar aos tribunais de contas e Ministério

Público o descumprimento do que está disposto na LC nº 131/2009. (Lei Complementar n. 131, 2009).

O novo art. 73-B traz como novidade o estabelecimento de prazos para o cumprimento das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A, prazos esses, contados a partir da data de publicação da LC 131/2009. (Lei Complementar n. 131, 2009).

Destarte, a transparência em nível governamental possui diversas dimensões. Inicialmente, ela exige a disponibilização de dados confiáveis acerca das finalidades e metas da política fiscal. Depois, há necessidade de elementos e informações com detalhes a respeito das operações do governo, abarcando a publicação de documentação sobre orçamentos e avaliação de atividades. Outra dimensão diz respeito, principalmente, ao comportamento do gestor, incluindo regras estabelecidas de liberdade de informação acerca dos contratos públicos, código de ética para servidores e publicação de auditorias de desempenho. Nessas dimensões citadas, a transparência fiscal está fortemente integrada à prática bem acertada da boa governança. (Kopits & Craig, 1998). Segundo CAMPOS, R., Paiva, D., & Gomes, S., (2013, p. 431):

Em seu relatório sobre a Transparência nos Estados Unidos/Califórnia, a Calpirg Education Fund (2009) apontou avanços na transparência das contas públicas a partir do uso da Internet como ferramenta online para o bom governo. Porém, a empresa chama a atenção para o uso correto, a fim de gerar bons resultados. O relatório verificou três características que foram responsáveis por esse avanço:

- 1) um portal amigável/compreensivo/agradável; 2) um site para os habitantes saberem as informações que desejam; e 3) os dados fáceis de serem encontrados no site. Cerca de 29 estados americanos adotaram esses critérios e apresentam seus orçamentos online, em um único site, fornecendo aos seus habitantes uma base de dados sobre os gastos do governo, com direito a acesso compreensivo, centralizado e de busca fácil.

Entretanto, no caso brasileiro, ainda se têm muitas dúvidas acerca da eficácia desse instrumento como ferramenta de controle social e se a sociedade está fazendo uso para monitorar e conhecer onde e de que maneira está sendo gasto o dinheiro público. (Campos et al., 2013).

Também, é importante se levar em conta a existência da transparência de duas maneiras, denominadas ativa e passiva. Como definições dessas transparências, tem-se que a transparência ativa é a que disponibiliza a informação de modo espontâneo, como, por exemplo, a exposição na rede mundial de computadores, possibilitando o acesso direto do cidadão. Transparência passiva se refere às demandas dos cidadãos realizadas por meio do sistema e-SIC, sendo importante que o órgão ou entidade competente disponibilize esforços para atendê-las no prazo regulamentado em lei. (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, 2016).

Entretanto, existem algumas limitações nos portais eletrônicos atualmente disponibilizados por estados, Distrito Federal e municípios, entre elas, a procura para atendimento à legislação, sem a preocupação com as necessidades dos cidadãos; a inexistência de compreensão das informações disponibilizadas; demonstrativos financeiros difíceis de serem acessados e entendidos; dificuldades de acesso, informações com incorreções e/ou desatualizadas, o que pode demonstrar o não atendimento aos parâmetros legais e um mau funcionamento como ferramenta de transparência e controle social. (Platt Neto, 2005; Raupp, 2011; Jahns & Raupp, 2016).

Assim, a utilização de sítios governamentais está associada com a satisfação positiva e com a confiança no governo pelo cidadão. Entretanto, se parte dos usuários estão satisfeitos com a disponibilização de informação por meios eletrônicos, existem algumas insatisfações no que diz respeito ao acesso e à interatividade dos sites, o

que afeta diretamente a satisfação plena no governo eletrônico e a confiança. Note-se que as pessoas que fazem uso dos sítios eletrônicos governamentais não são apenas clientes e sim, cidadãos participativos. (Santos & Quelhas, 2012).

Assim, somente disponibilizar a informação não significa que a mesma seja clara ou publicizada, ou seja, o acesso à informação não se dá sem o acesso intelectual. Não basta disseminar a informação expondo na rede mundial de computadores, isso, por si só, não garante o engajamento e o controle social da população. (Santos & Quelhas, 2012).

Vale ressaltar aqui o posicionamento de Carlomagno (2010) acerca da diferença entre publicização e publicidade. Para o autor, publicização significa a ação de publicar algo ao público de maneira ampla, abarcando todo o tipo de informação como, por exemplo, entrevistas e discursos de gestores públicos, indo de encontro àquela definição de publicidade como a informação efetivamente publicada. Assim, o termo publicização é mais indicado ao setor público, tendo em vista a sua maior amplitude. (Carlomagno, 2010).

Portanto, para que haja publicização eficaz das ações de governo não basta, somente, anunciar determinada ação, deverá em todas as hipóteses, possuir todos os elementos que promovam à sua eficaz identificação por todos os indivíduos, com uma quantidade satisfatória de esclarecimentos e dados. (Santos & Quelhas, 2012).

2.3 A PESQUISA DE JAHNS E RAUPP (2016)

O presente estudo, inicialmente, tomou como base a pesquisa realizada por Fernando Tagliaro Jahns e Fabiano Maury Raupp, no ano de 2015 e publicada em

2016, que investigou os portais eletrônicos do Poder Executivo dos estados brasileiros.

Segundo esses autores, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa com dados coletados nos referidos portais e “registrados com auxílio de um protocolo de observação”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 49).

De acordo com os investigadores, a pesquisa, apesar de se utilizar de números e indicadores, tem sua abordagem com predominância qualitativa. No tocante ao objeto, abarca os sítios eletrônicos dos 26 estados mais o Distrito Federal. Para eles, a opção pela população deu-se pela importância do tema transparência, principalmente após a promulgação da Lei de Acesso à informação. (Jahns & Raupp, 2016).

Ainda comentando a pesquisa, os autores relatam que “o levantamento dos dados ocorreu entre os dias 3 de agosto e 2 de setembro de 2015 por meio de visitas dirigidas aos portais eletrônicos”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 57).

Depois de realizada a coleta, os pesquisadores consolidaram os dados “em quadros e gráficos por elemento e parâmetro, permitindo uma análise comparativa entre os diferentes estados”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 57). E, a partir daí, foi desenvolvido um ranking dos estados em relação aos parâmetros analisados.

Na confecção desse ranking foram atribuídos pesos às capacidades em cada um dos parâmetros, sendo que o peso 3 se refere à capacidade alta, o peso 2 à media, o 1 à baixa e, por fim, 0 para a capacidade nula. Essa definição de pesos se baseou em dois rankings existentes: da Associação Contas Abertas produzido no ano de 2014 e o da CGU de 2015. (Jahns & Raupp, 2016).

Para o cálculo da pontuação de cada Estado, multiplicou-se o valor encontrado em cada capacidade pelo peso previamente definido. No caso de empate na pontuação a definição da colocação se deu pela quantidade de parâmetros com alta, média e baixa capacidade. (Jahns & Raupp, 2016).

Para os autores, o desenvolvimento desse modelo teve como objetivo a utilização de discussões teóricas já existentes adaptando-as à realidade dos estados, o que permitiu “uma análise empírica menos rígida e ao mesmo tempo mais fiel”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 58).

Assim, os pesquisadores utilizaram-se os mesmos elementos utilizados por Platt Neto (2005) e, para os parâmetros de cada um desses elementos, os definidos por Alegretti e Platt Neto (2011), a partir dos quais, deu-se a definição dos indicadores de análise para cada parâmetro e capacidade. (Jahns & Raupp, 2016).

O elemento publicidade verificado nos diversos portais eletrônicos dos estados brasileiros apresentou uma capacidade média de atendimento aos requisitos analisados, ou seja, atendem em geral os pressupostos, mas, não se destacam na procura por elementos diferenciais voltados à transparência das informações. (Jahns & Raupp, 2016).

Quanto à compreensibilidade, segundo os autores, a análise deste elemento verificou a capacidade dos portais no que diz respeito à facilidade do usuário em entender e a presença de ferramentas para ajudar neste entendimento. A linguagem utilizada se perfaz como um dos principais parâmetros de compreensão acerca das informações disponibilizadas, sendo que, a maioria dos portais recebeu nota baixa neste indicador, tendo em vista, dispor, basicamente, de uma linguagem técnica. (Jahns & Raupp, 2016).

O elemento utilidade analisado pelos pesquisadores diz respeito “à efetiva utilidade das informações prestadas, em especial voltadas à prestação das contas públicas”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 64). Para eles, “a maior parte dos estados, [...] apresentou uma capacidade baixa neste parâmetro”.

Concluindo a pesquisa, os autores afirmam que a mesma revelou que a maioria dos estados apresentou “capacidade média de atendimento aos parâmetros de análise definidos nos elementos publicidade, compreensibilidade e utilidade”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 68).

2.4 CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO AHP

O Processo Hierárquico Analítico (AHP - *Analytic Hierarchy Process*) propicia uma tomada de decisão sob diferentes situações de planejamento para um problema multicriterial complexo, que exige uma análise crítica das alternativas e dos critérios. (Favretto e Nottar, 2016).

A modelagem AHP foi desenvolvida por Thomas Saaty buscando o auxílio em tomada de decisões, possuindo as seguintes características:

- a) Utilizada para problemas com vários critérios estruturados em hierarquia;
- b) Desenvolve a análise dos atributos quantitativa e qualitativamente, aliando a experiência e a prioridade dos decisores;
- c) Classifica a importância dos atributos e das alternativas;
- d) Tem a possibilidade de ser usada em circunstâncias de maior complexidade que denotam julgamentos subjetivos; e

e) É apropriada para concentrar e lidar com os ajuizamentos inconsistentes dos decisores, indicando uma avaliação mais apropriada do problema. (Favretto e Nottar, 2016).

Neste contexto, segundo Favretto e Nottar (2016, p. 2), citando Cruz Júnior e Carvalho (2003); Iañez e Cunha (2006) dispõem sobre a modelagem AHP:

O AHP tem como premissa fundamental a estruturação de um sistema de decisão hierarquicamente complexo em diversos níveis, definidos por afinidade. A organização do problema permite uma visão panorâmica do sistema, identificando os vários elementos, quando o problema envolve a seleção de alternativas permeadas por múltiplos critérios.

Trata-se de um método intuitivo na formulação e análise de decisões aplicadas a diversos problemas práticos. O método foi desenvolvido por Saaty e transforma o processo decisivo em uma hierarquia de critérios, subcritérios e alternativas, utilizando-se de um arcabouço de pesos que refletem a importância relativa das alternativas. (Lukman *et al*, 2010).

A Figura 1 apresenta as características da modelagem AHP:

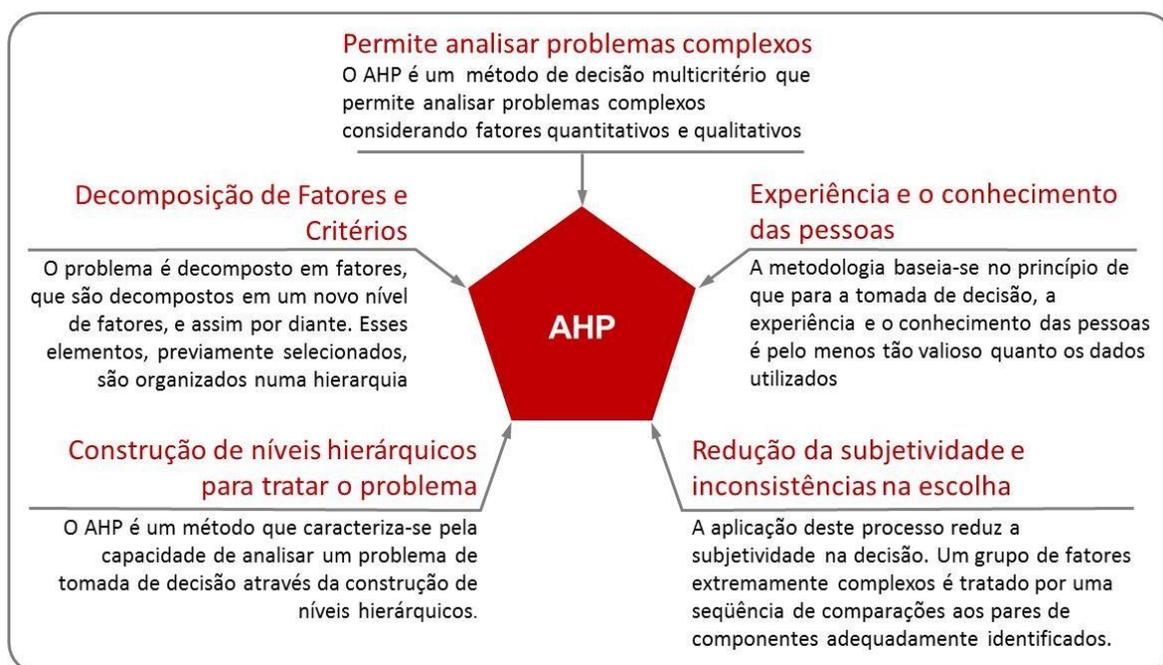


Figura 1: Caracterização da modelagem AHP.
Fonte: MADEIRA, Yumi (2014, p. 1).

Caracteristicamente, os métodos multicriteriais buscam a melhor “solução para as diversas alternativas possíveis, priorizando a utilização de recursos”. Favretto e Nottar (2016, p. 2). Na modelagem AHP é feito um ranqueamento das alternativas levando em conta a sua prioridade tomando-se por base critérios pré-definidos, tanto qualitativamente quanto quantitativamente organizados, conforme a matriz de decisão desenvolvida por Saaty, 1991, a qual é baseada nos seguintes princípios:

- 1) Construção da Hierarquia: parte-se de um problema conhecido estruturando-o em níveis de hierarquia, buscando uma melhor compreensão e avaliação. Neste ponto é feita a identificação dos elementos-chave para a tomada de decisão, bem como a sua organização. (Favretto e Nottar, 2016);
- 2) Definição das Prioridades: o pesquisado, habilmente, faz a correlação dos objetos com às situações identificadas, comparando-as par a par e levado em conta a análise dos critérios. (Favretto e Nottar, 2016);
- 3) Avaliação da Consistência: tendo em vista a utilização de valores subjetivos, não é rara a presença de inconsistências nos dados coletados. Assim, esses dados devem ser avaliados por meio do “grau de consistência”, sempre menor que 0,1. (Favretto e Nottar, 2016);

Quanto às hierarquias, tem-se que a sua construção é uma parte essencial do processo de raciocínio humano. Os elementos chaves constantes em um processo hierárquico são apresentados na Figura 2. De acordo com o nível de complexidade do problema, o uso de vários critérios pode ser utilizado para se estruturar em subcritérios. (Santos, 2008).

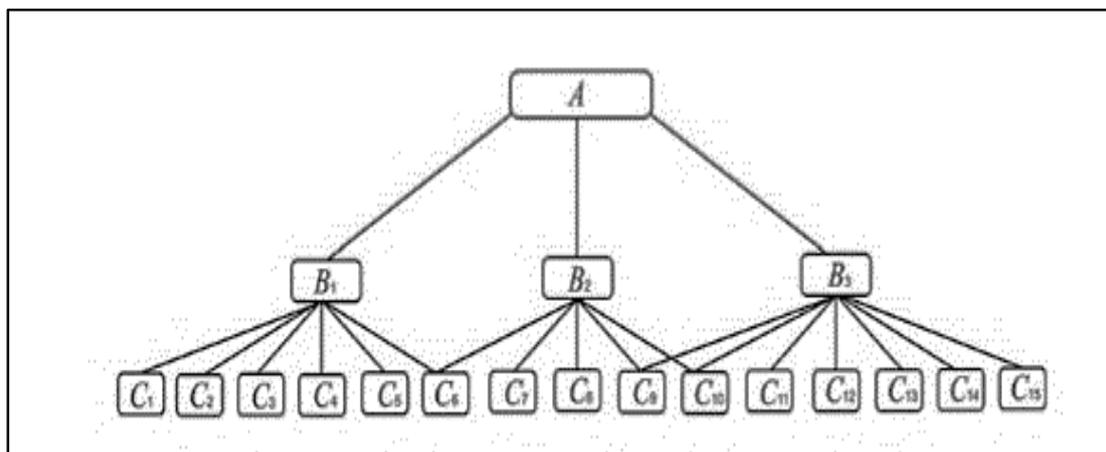


Figura 2: Elementos chave em um processo hierárquico.
Fonte: Lukman *et al*, 2010, p. 623

No tocante à definição de prioridades e julgamentos Santos (2008, p. 44) afirma que a priorização das alternativas, “é obtida de respostas a perguntas do tipo: ‘qual a importância do critério 1 em relação ao critério 2?’”. A literatura nomeia esse procedimento de comparação par a par ou paritária, servindo para se fazer a estimativa da escala na qual serão mensurados os elementos de cada nível da hierarquia, bem como, ao final, fazer-se uma avaliação do desempenho de cada alternativa em relação aos critérios. (Santos, 2008).

Dessa maneira, o AHP se baseia no cotejamento entre pares de critérios e subcritérios, bem como, na proposição de várias matrizes quadradas. As comparações paritárias são convertidas em números utilizando-se a Escala Fundamental de Saaty que varia de 1 a 9. A partir daí, faz-se a medição do grau de importância de um critério de um nível sobre os critérios de um nível inferior. (Santos, 2008).

TABELA 1 - ESCALA FUNDAMENTAL DE SAATY

Intensidade de importância	Definição	Explicação	Recíproco
1	Mesma importância	Os dois elementos comparados contribuem igualmente para o objetivo.	1
3	Importância moderada de um sobre o outro	O elemento comparado é ligeiramente importante ao outro.	1/3
5	Importância essencial ou forte	A experiência e o julgamento favorecem fortemente o elemento em relação ao outro.	1/5
7	Importância muito forte	O elemento comparado é muito mais forte em relação ao outro e tal importância pode ser observada na prática.	1/7
9	Importância extrema	O elemento comparado apresenta o mais alto nível de evidência possível a seu favor.	1/9
2,4,6, 8	Valores intermediários	Valores intermediários entre dois julgamentos, utilizados quando o decisor sentir dificuldade ao escolher entre dois graus de importância adjacentes.	1/2, 1/4, 1/6 e 1/8

Fonte: Adaptado de Saaty, 2008.

Dessa maneira, tem-se que a intenção dessa etapa é a definição da importância de um critério sobre o outro. Para tanto, devem ser realizadas várias análises paritárias comparando-se os critérios entre si dois a dois, e armazenados em uma matriz quadrada denominada de matriz de comparações paritárias. O preenchimento dessa matriz é feito tomando-se por base a escala fundamental de Saaty disposta na Tabela 1 acima. (Passos, 2010). De acordo com Passos (2010, p. 43-44):

Uma característica a ressaltar na matriz de comparações paritárias é que ela possui um tipo de simetria em relação à sua diagonal principal, da seguinte forma: ambos os elementos tratam do julgamento entre os mesmos critérios, entretanto um julgamento é o inverso do outro indicando $a_{ij} = 1/a_{ji}$. Isso significa que se o valor $a_{ij} = 5$, tem-se que o critério i é 5 vezes mais importante que o critério j ou que o critério i possui importância essencial ou forte quando comparado ao critério j . Já a importância do critério i ou, da mesma forma, que o critério i possui importância essencial ou forte quando comparado ao critério j .

Dutra e Fogliatto (2007, p. 4) apresentam um formato geral de matriz de comparações, como sendo “matrizes quadradas recíprocas, com valores unitários na diagonal principal”.

	Elemento 1	Elemento 2	...	Elemento D
Elemento 1	1	a_{12}	...	a_{1D}
Elemento 2	$1/a_{21}$	1	...	a_{2D}
⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
Elemento D	$1/a_{D1}$	$1/a_{D2}$...	1

Figura 3. Formato geral da matriz de comparações.
Fonte: Dutra e Fogliatto, 2007, p. 4.

A partir da matriz genérica acima foi desenvolvida um modelo de matriz para colher os julgamentos dos especialistas nas comparações pareadas, conforme Quadro 1:

CRITÉRIOS	Elemento 1	...	Elemento n	AUTOVETOR	AUTOVETOR NORMALIZADO
Elemento 1	1	...	a_{1n}	=MÉDIA.GEOMÉTRICA(B2:Nn)	$\Sigma(a_{1n+1}:a_{Nn}) / a_{1n+1}$
Elemento n	$1/a_{n1}$...	1	=MÉDIA.GEOMÉTRICA(Bn:Nn)	$= \Sigma(a_{1n}:a_{Nn}) / a_{Nn+1}$
SOMA	$\Sigma(a_{12}:a_{n1})$...	$\Sigma(a_{1n}:a_{Nn})$	$\Sigma(a_{1n+1}:a_{Nn})$	1
λ- MAX (Autovalor)					=MATRIZ.MULT(B4:D4;F2:F4)

Quadro 1 - Matriz de comparações paritárias de elementos genéricos

Fonte: Dutra e Fogliatto (2007, p. 4).

Nota: Adaptado pelo autor.

Depois de preenchida a referida matriz, deve-se obter o vetor de pesos, onde cada componente determina a importância relativa de cada critério ao serem comparados. Esse vetor pode ser obtido calculando-se a média geométrica de cada linha da matriz de comparações paritárias, onde, cada uma das linhas é associada a um critério e a um componente do vetor de pesos. (Passos, 2010).

Assim, o autovetor é determinado pela média geométrica dos elementos de cada linha, utilizando-se a equação (1):

$$MG = \sqrt[n]{x_1 * x_2 * x_n} = \sqrt[n]{\prod x_i} \quad (1)$$

Esta mesma fórmula corresponde no editor de planilhas Excel à equação (2):

$$= \text{MÉDIA.GEOMÉTRICA}(a_{11}:a_{ij}) \quad (2)$$

Onde: a_{ij} = elemento correspondente a linha (i) e a coluna (j).

Após esse procedimento, normalizam-se os componentes dividindo-se a soma de todos os componentes por cada autovetor, para que os valores dos pesos dos critérios fiquem entre 0 e 1 e a soma sempre será igual a 1. (Passos, 2010).

O próximo passo será determinar o autovalor (λ -max), para se encontrar uma matriz que não apresente muita inconsistência, tendo em vista que o grau de consistência elevado é que determina se os pesos (produzidos pelo seu autovetor) serão coerentes. (Passos, 2010).

Para se encontrar o λ -max utiliza-se a equação desenvolvida a partir editor de planilhas Excel disposta no Quadro 1.

É notória a existência de julgamentos subjetivos o que faz com que se cometam erros tornando a matriz inconsistente. (Passos, 2010).

Por fim, o princípio da consistência lógica, permite avaliar a consistência dos julgamentos, a partir do cálculo do Índice de Consistência (IC) e do Cálculo da Razão de Consistência (RC). (Passos, 2010).

De acordo com Santos (2008, p. 51), “o cálculo do Índice de Consistência (IC), avalia o grau de inconsistência da matriz de julgamentos paritários”. Esse cálculo se dá a partir da equação (3):

$$IC = \frac{|\lambda_{max} - N|}{N - 1} \quad (3)$$

Sendo: N a ordem da matriz e λ_{max} é o autovalor da matriz de julgamentos paritários.

O Cálculo da Razão de Consistência (RC) possibilita uma avaliação da inconsistência em relação à matriz de julgamentos, por meio da equação (4):

$$RC = \frac{IC}{IR} \quad (4)$$

Onde: IC é o Índice de Consistência e IR é o Índice Randômico.

TABELA 2 - VALORES DO ÍNDICE RANDÔMICO (IR)

N	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
IR	0	0	0,58	0,9	1,12	1,24	1,32	1,41	1,45	1,49

Fonte: Adaptado de Saaty, 1987, p. 171.

O IR refere-se ao IC arranjado para uma matriz randômica recíproca, composto por elementos positivos, para diversos tamanhos de matriz de ordem N. Saaty aproximou-os baseando-se em um número grande de simulações, sugerindo, como aceitável, uma razão de consistência menor que 0,10. Assim, para valores maiores que este, deve ser realizada uma revisão na matriz que faz as comparações. (Santos, 2008).

Dessa maneira, o AHP se diferencia dos outros métodos comparativos por causa da possibilidade de transformar as comparações, em sua maioria empírica, em números, possibilitando seu processamento e sua comparação. Sendo que, o peso de cada um dos fatores possibilita uma avaliação individual dos elementos em cada hierarquia. (Favretto e Nottar, 2016).

Capítulo 3

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, documental, com abordagem quantitativa e qualitativa, pois, apesar de reunir dados que são codificados de forma numérica, ela foi utilizada para compreender motivos, opiniões e motivações subjacentes, fornecendo informações acerca do problema e ajudando a desenvolver ideias ou hipóteses acerca do tema. (Cabral e Stein, 2017).

Assim, realizou-se um levantamento em documentos oficiais e nos portais eletrônicos dos 26 estados da Federação mais o Distrito Federal e nas suas capitais. cujos endereços eletrônicos estão dispostos no Apêndice 1.

A coleta e o levantamento dos dados foram realizados entre os dias 01 de maio a 12 de junho de 2018, por meio de acesso aos referidos sítios.

3.2 ANÁLISES DO CONTEÚDO DOS PORTAIS

Utilizaram-se protocolos observacionais sugeridos por Creswell (2010) para o registro das informações, separando-se as notas descritivas (obtidas da análise documental dos dados contidos nos sítios pesquisados) e das notas reflexivas (obtidas da impressão do pesquisador), traduzidas em tabelas e gráficos comparativos entre os entes pesquisados.

Neste estudo foram desenvolvidos dois rankings: um para os estados e o Distrito Federal e outro para as suas capitais, conforme definido pela Associação Contas Abertas (2014). Para analisar a capacidade dos portais eletrônicos, o modelode análise construído considerou elementos, parâmetros e indicadores

utilizados por Platt Neto (2005); Platt Neto et al., (2009); Allegretti & Platt Neto (2011, p. 86); Raupp (2011); Jahns & Raupp (2016, p. 58) e apresentados nos quadros de 2 a 5. Também, foi realizado um estudo comparativo com a última pesquisa de Jahns & Raupp (2016).

A nota do elemento publicidade foi obtida pelo somatório das notas dos quatro primeiros parâmetros, já a nota do elemento compreensibilidade pelo somatório dos cinco parâmetros seguintes e por último a nota do elemento publicidade resultante das notas dos últimos sete parâmetros. Assim, a nota do portal foi a totalidade das notas dos três elementos, conforme Quadro 2.

AValiação DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL			
Endereço		UF	
Período de análise			
PARÂMETROS DE TRANSPARÊNCIA			
ELEMENTOS	PARÂMETROS	NOTA	SOMA
1. PUBLICIDADE	1.1 Facilidade de acesso aos dados		
	1.2 Qualidade da navegação		
	1.3 Frequências de atualização das informações		
	1.4 Possibilidades de consultas por diferentes períodos		
2. COMPREENSIBILIDADE	2.1 Usos de linguagem acessível		
	2.2 Usos de recursos que facilitem o entendimento		
	2.3 Fornecimento de informações complementares		
	2.4 Ações de formação de usuários		
	2.5 Interações com usuários		
3. UTILIDADE	3.1 Evidenciações de aspectos legais		
	3.2 Disponibilizações de séries históricas		
	3.3 Disponibilizações de dados para download		
	3.4 Confiabilidades das informações		
	3.5 Disponibilizações de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas.		
	3.6 Disponibilizações das informações sobre procedimentos licitatórios, convênios, contratos e sobre servidores.		
	3.7 Pertinências das informações		
TOTALIDADE DA NOTA DO PORTAL			

Quadro 2 - Elementos e parâmetros de transparência.

Fonte: Adaptado de Platt Neto (2005); Platt Neto et al. (2009); Allegretti & Platt Neto; (2011, p. 86); Raupp (2011); Jahns & Raupp (2016, p. 58).

A partir dos elementos e parâmetros definidos por Allegretti e Platt Neto (2011) e das capacidades de atendimento adaptadas de Raupp (2011), foram definidos indicadores de análise para cada parâmetro e capacidade. A capacidade “nula” quer dizer que o portal não oferta condições de atender ao parâmetro. A “baixa” importa que o portal atenda ao parâmetro, mas não satisfatoriamente, sem atender as exigências legais ou critérios basilares para o parâmetro. A capacidade média leva em conta condições básicas, o atendimento à lei, entretanto, não traz nenhuma novidade ou procura de um modelo como instrumento de transparência pública. Por fim, a capacidade “alta” indica um portal excelente, que pode ser apontado como o de melhores práticas nos parâmetros pesquisados. Destarte, cada parâmetro expõe indicadores de maneira a enquadrar o portal objeto da análise a um nível de capacidade. (Jahns & Raupp, 2016).

Os quadros completos para cada dimensão de análise (publicidade, compreensibilidade e utilidade) são apresentados no Anexo B.

3.3 UTILIZAÇÃO DO PROCESSO HIERÁRQUICO ANALÍTICO (AHP)

Buscando aperfeiçoar as pesquisas anteriores e reduzir o grau de subjetividade na ponderação de critérios optou-se pela utilização da metodologia *Analytic Hierarchy Process* (AHP), que segundo seu criador:

[...] é uma teoria geral de medição. É usado para derivar escalas de razão de comparações pareadas discretas e contínuas. Estas comparações podem ser tomadas a partir de medições reais ou de uma escala fundamental que reflete a força relativa de preferências e sentimentos. O AHP tem uma preocupação especial com o afastamento da consistência, medição e dependência dentro e entre os grupos de elementos de sua estrutura. Tem encontrado suas mais amplas aplicações na tomada de decisão multicritério, planejamento e alocação de recursos e na resolução de conflitos. (Saaty, 1987, p. 162).

Para utilização da metodologia AHP, inicialmente, aplicou-se quatro planilhas para coleta de dados a oito decisores (especialistas), que integram um grupo de trabalho criado dentro do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) buscando-se um maior embasamento e uma menor subjetividade no resultado desta pesquisa. A opção pelo referido Conselho deu-se levando em conta que o mesmo atua coordenando e articulando ações voltadas aos interesses dos órgãos de controle interno (Controladorias Estaduais e Municipais), desenvolvendo programas e projetos voltados a mecanismos de controle que ajudem no avanço da economia e da sociedade, fazendo a aproximação do poder público com cidadãos. Seus membros são responsáveis pela implementação e gestão dos portais de transparência de seus entes. (CONACI, 2018).

As respostas dadas propiciaram uma priorização dos atributos utilizados por Jahns e Raupp (2016), numa escala que varia de 1 a 9, conhecida como Escala Fundamental de Saaty, determinando-se o peso de cada um deles e a importância relativa entre os subcritérios comparados dois a dois.

A obtenção dos resultados por meio da aplicação da modelagem AHP se deu, no caso desta pesquisa, por meio de uma matriz de comparações pareadas utilizando-se critérios e subcritérios.

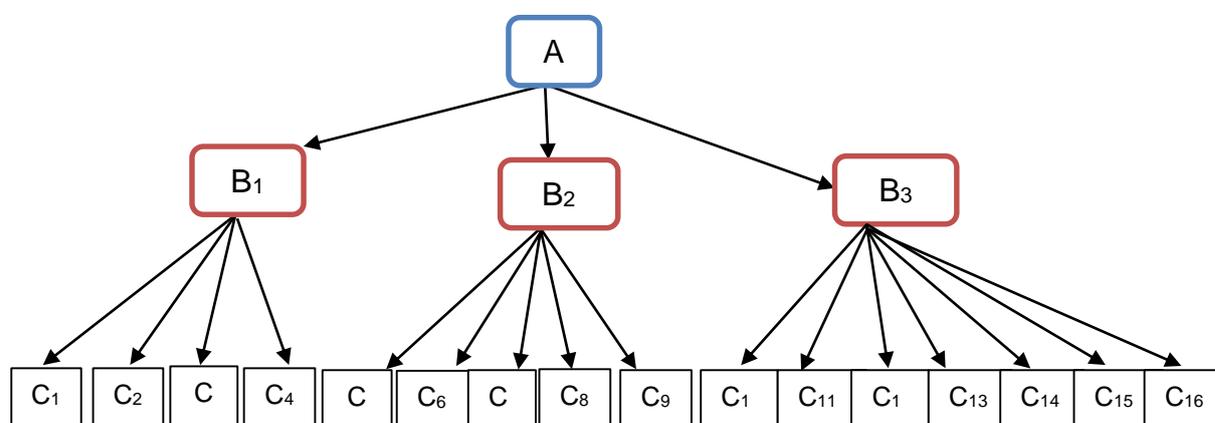


Figura 4: Elementos chaves em um processo hierárquico
 Fonte: Adaptado de Lukman, et al., 2010.

O objetivo geral desta pesquisa (A) foi avaliar os portais eletrônicos brasileiros de acordo com os critérios Publicidade (B₁), Compreensibilidade (B₂) e Utilidade (B₃), bem como, nos subcritérios (C₁ a C₁₆), chegando-se aos pesos de importância e possibilitando um comparativo paritário entre os subcritérios.

Dessa maneira, Publicidade (B₁) se refere à divulgação e acesso aos dados, já Compreensibilidade (B₂) diz respeito à linguagem e a maneira como esses dados são disponibilizados, enquanto que Utilidade (B₃) se relaciona à relevância, comparabilidade e confiabilidade dos referidos dados. (Platt Neto *et al*, 2007).

A matriz a seguir, Quadro 3, foi elaborada para colher os julgamentos dos especialistas por meio das comparações paritárias dos critérios (B₁, B₂ e B₃):

CRITÉRIOS	B1	B2	B3	AUTOVETOR	AUTOVETOR NORMALIZADO
B1	1	a ₁₂	a ₁₃		
B2	1/a ₂₁	1	a ₂₃		
B3	1/a ₃₁	1/a ₃₂	1		
SOMA	$\Sigma(a_{11}:a_{41})$	$\Sigma(a_{12}:a_{42})$	$\Sigma(a_{13}:a_{43})$		
λ- MAX (Autovalor)					

Quadro 3 - Matriz de comparações paritárias: Critérios

Fonte: Dutra e Fogliatto (2007, p. 4).

Nota: Adaptado pelo autor.

Os subcritérios C₁ a C₄ relacionam-se com o critério Publicidade (B₁):

- C₁ - "Facilidade de acesso aos dados: a página inicial apresenta diferentes opções de consulta, com filtros e flexibilidade de manipulação dos dados". (Jahns & Raupp, 2016, p. 58);
- C₂ - "Qualidade da informação: a página é bastante rápida, apresenta possibilidade de acesso em diferentes idiomas, permite configurar/formatar para visualização como desejado, apresenta recurso de acessibilidade". (Jahns & Raupp, 2016, p. 58-59);

- C₃ - "Frequências de atualização das informações: atualizações em até 24 horas". (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);
- C₄ - "Possibilidades de consultas por diferentes períodos: possibilita consultas por mês, ano, acumulado, comparação do mês em diferentes períodos, superior a 10 anos". (Jahns & Raupp, 2016, p. 59).

C _{ij}	C ₁	C ₂	C ₃	C ₄	AUTOVETOR	AUTOVETOR NORMALIZADO
C ₁	1	a ₁₂	a ₁₃	a ₁₄		
C ₂	1/a ₂₁	1	a ₂₃	a ₂₄		
C ₃	1/a ₃₁	1/a ₃₂	1	a ₃₄		
C ₄	1/a ₄₁	1/a ₄₂	1/a ₄₃	1		
SOMA	$\Sigma(a_{11}:a_{41})$	$\Sigma(a_{12}:a_{42})$	$\Sigma(a_{13}:a_{43})$	$\Sigma(a_{14}:a_{44})$		
λ - MAX (Autovalor)						

Quadro 4 - Matriz de comparações paritárias: Publicidade

Fonte: Dutra e Fogliatto (2007, p. 4).

Nota: Adaptado pelo autor.

Já os de C₅ a C₉, estão relacionados ao critério Compreensibilidade (B2).

- C₅ - "Usos de linguagem acessível: clara e objetiva". (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);
- C₆ - "Usos de recursos que facilitem o entendimento: informações sobre o portal, perguntas frequentes e manual de navegação". (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);
- C₇ - "Fornecimento de informações complementares: link para sítios de interesse e glossário de termos afeitos à gestão pública e notas e informações complementares". (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);
- C₈ - "Ações de formação de usuários: programa de educação fiscal/financeiro, com informações, contatos, legislação pertinente, material de apoio, e cursos à distância". (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);

- C₉ - “Interações com usuários: apresenta telefone, e-mail, formulário ‘fale conosco’ e ‘fóruns ou chats para informações’”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 59).

C _{ij}	C ₅	C ₆	C ₇	C ₈	C ₉	AUTOVETOR	AUTOVETOR NORMALIZADO
C ₅	1	a ₁₂	a ₁₃	a ₁₄	a ₁₅		
C ₆	1/a ₂₁	1	a ₂₃	a ₂₄	a ₂₅		
C ₇	1/a ₃₁	1/a ₃₂	1	a ₃₄	a ₃₅		
C ₈	1/a ₄₁	1/a ₄₂	1/a ₄₃	1	a ₄₅		
C ₉	1/a ₅₁	1/a ₅₂	1/a ₅₃	1/a ₅₄	1		
SOMA	$\Sigma(a_{11}:a_{51})$	$\Sigma(a_{12}:a_{52})$	$\Sigma(a_{13}:a_{53})$	$\Sigma(a_{14}:a_{54})$	$\Sigma(a_{15}:a_{55})$		
λ- MAX (Autovalor)							

Quadro 5 - Matriz de comparações paritárias: Compreensibilidade

Fonte: Dutra e Fogliatto (2007, p. 4).

Nota: Adaptado pelo autor.

Por fim, os subcritérios C₁₀ a C₁₆ relacionam-se com o critério Utilidade (B₃):

- C₁₀ - “Evidenciações de aspectos legais: apresenta ícone exclusivo com aspectos legais e seu cumprimento”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);
- C₁₁ - “Disponibilizações de séries históricas: mais de 10 anos”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);
- C₁₂ - “Disponibilizações de dados para *download*: em vários formatos, permitindo manipulação de dados”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 59);
- C₁₃ - “Origem e fonte das informações: apresenta ao final de cada relatório origem da informação e responsável”. (Jahns & Raupp, 2016, p. 59-60);
- C₁₄ - Disponibilizações de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas. (Jahns & Raupp, 2016, p. 60);

- C_{15} - Disponibilizações das informações sobre procedimentos licitatórios, convênios, contratos e sobre servidores. (Jahns & Raupp, 2016, p. 60);
- C_{16} - "Pertinências das informações: apenas informações relacionadas à prestação de contas." (Jahns & Raupp, 2016, p. 60).

C_{ij}	C_{10}	C_{11}	C_{12}	C_{13}	C_{14}	C_{15}	C_{16}	AUTOVETOR	AUTOVETOR NORMALIZADO
C_{10}	1	a_{12}	a_{13}	a_{14}	a_{15}	a_{16}	a_{17}		
C_{11}	$1/a_{21}$	1	a_{23}	a_{24}	a_{25}	a_{26}	a_{27}		
C_{12}	$1/a_{31}$	$1/a_{32}$	1	a_{34}	a_{35}	a_{36}	a_{37}		
C_{13}	$1/a_{41}$	$1/a_{42}$	$1/a_{43}$	1	a_{45}	a_{46}	a_{47}		
C_{14}	$1/a_{51}$	$1/a_{52}$	$1/a_{53}$	$1/a_{54}$	1	a_{56}	a_{57}		
C_{15}	$1/a_{61}$	$1/a_{62}$	$1/a_{63}$	$1/a_{64}$	$1/a_{65}$	1	a_{67}		
C_{16}	$1/a_{71}$	$1/a_{72}$	$1/a_{73}$	$1/a_{74}$	$1/a_{75}$	a_{76}	1		
SOMA									
λ - MAX (Autovalor)									

Quadro 6 - Matriz de comparações paritárias: Utilidade

Fonte: Dutra e Fogliatto (2007, p. 4).

Nota: Adaptado pelo autor.

Os valores referentes da coluna autovetor nos quadros de 3 a 6 são obtidos pela média geométrica dos elementos da matriz da linha correspondente, somando-se ao final os valores desta coluna. Em seguida, para se normalizar o autovetor divide-se esta soma por cada elemento encontrado na linha correspondente, conforme equação (2).

A seguir, consolidaram-se as notas dos especialistas na matriz abaixo, conforme Quadro 7:

B_i/E_i	E_1	E_2	...	E_n	MÉDIA ARITMÉTICA $w(B_i)$
B_1	a_{11}	a_{12}	...	a_{1n}	$=SOMA(a_{11}: a_{1n})/n$
B_2	a_{21}	a_{22}	...	a_{2n}	$=SOMA(a_{21}: a_{2n})/n$
...
B_i	a_{i1}	a_{i2}	...	a_{in}	$=SOMA(a_{i1}: a_{in})/n$

Quadro 7 - Consolidação das Notas dos Especialistas

Fonte: Lukman *et al.*, 2010.

Nota: Adaptado pelo autor.

Para obtenção dos pesos de cada critério (Bi) utilizou-se a média aritmética $w(B_i)$, ou seja, o somatório das notas de cada especialista (a_i), dividindo-se pela sua quantidade (n), conforme equação 5:

$$\text{MÉDIA ARITMÉTICA } w(B_i) = \frac{\sum_1^n a_i}{n} \quad (5)$$

O mesmo método foi utilizado para obtenção dos pesos de cada subcritério - $w(C_i)$. Em seguida, multiplicou-se os pesos dos critérios pelos dos subcritérios - $w(C_i) * w(B_i)$, resultando na nota com a modelagem AHP, segundo a equação 6:

$$\text{NOTA COM AHP} = w(C_i) * w(B_i) * (100/3) \quad (6)$$

Para adequar a nota numa escala de 0 a 100, multiplicou-se o resultado do produto por 100 e dividiu-se por 3, que indica a capacidade máxima atribuída aos subcritérios na pesquisa de Jahns & Raupp (2016).

Para obtenção da Nota Geral de cada critério: publicidade (B1), compreensibilidade (B2) e utilidade (B3), somaram-se as notas atribuídas aos subcritérios (C_i), relacionadas com cada critério (B_i). Assim, as notas de $B1 = C1 + C2 + C3 + C4$; a de $B2 = C5 + C6 + C7 + C8 + C9$; e a de $B3 = C10 + C11 + C12 + C13 + C14 + C15 + C16$.

Em seguida, estas notas (B1, B2 e B3) foram somadas, chegando-se a Nota Geral ($NG = B1 + B2 + B3$) do portal, com a utilização da modelagem AHP, resultando

em novos rankings, um para os portais dos estados e outro para os das suas capitais), demonstrado no Quadro 8.

CRITÉRIOS (Bi)	SUBCRITÉRIOS (Ci)	NOTA (0 a 3)	PESOS	NOTA COM AHP	NOTA GERAL
PUBLICIDADE	C1 - Facilidade de acesso aos dados			C1	B1
	C2 - Qualidade da navegação			C2	
	C3 - Frequência de atualização das informações			C3	
	C4 - Possibilidade de consultas por diferentes períodos			C4	
COMPREENSIBILIDADE	C5 - Uso de linguagem acessível			C5	B2
	C6 - Uso de recursos que facilitem o entendimento			C6	
	C7 - Fornecimento de informações complementares			C7	
	C8 - Ações de formação de usuários			C8	
	C9 - Interação com usuários			C9	
UTILIDADE	C10 - Evidenciação de aspectos legais			C10	B3
	C11 - Disponibilização de séries históricas			C11	
	C12 - Disponibilização de dados para download			C12	
	C13 - Confiabilidade das informações			C13	
	C14 - Disponibilização de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas.			C14	
	C15 - Disponibilização das informações sobre procedimentos licitatórios, convênios, contratos e sobre servidores.			C15	
	C16 - Pertinência das informações			C16	
SOMA			1	NG	NG

Quadro 8 - Modelo das avaliações dos critérios com AHP

Fonte: Adaptado de Platt Neto (2005); Platt Neto et al. (2009); Lukman *et al.*, 2010; Allegretti & Platt Neto; (2011, p. 86); Raupp (2011); Jahns e Raupp (2016, p. 58)

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No presente Capítulo, apresentam-se os resultados alcançados e suas análises referentes ao proposto no objetivo deste estudo.

Assim, em um primeiro momento, demonstra-se o resultado da análise dos portais eletrônicos dos estados brasileiros levando em consideração a pesquisa e a metodologia utilizada por Jahns e Raupp (2016), utilizando-se os mesmos elementos: publicidade, compreensibilidade e utilidade, chegando-se a um ranking geral da transparência dos portais eletrônicos estaduais.

Ainda, aplicou-se a mesma metodologia buscando-se uma atualização do referido ranking, trazendo as informações para o ano de 2018.

A seguir, os portais das capitais dos estados brasileiros foram avaliados utilizando-se o mesmo modelo aplicado aos estados, gerando, também, um ranking geral.

Sentindo-se a necessidade de redução da subjetividade entre os parâmetros de medida, optou-se por uma ferramenta de priorização e uma técnica multicritério, que leva em consideração o julgamento subjetivo de vários especialistas de maneira simultânea, neste caso a modelagem AHP, tendo em vista que a mesma transforma comparações paritárias, muitas vezes empíricas, em dados numéricos, realizando seu processamento e comparação, possibilitando sua hierarquização, o que é o principal diferencial dessa modelagem em relação a outras existentes. (Dutra e Fogliatto, 2007).

4.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS DOS ESTADOS - ANO DE 2018 - METODOLOGIA DE JAHNS E RAUPP (2016)

4.1.1 Publicidade

De acordo com o protocolo de observação utilizado nesta pesquisa, o elemento publicidade analisa a disponibilidade das opções de consulta acerca dos gastos públicos na página inicial dos portais de transparência.

Verificou-se após análise dos parâmetros referentes a esse elemento que os portais eletrônicos dos estados brasileiros e Distrito Federal apresentam, em sua grande maioria, atendimento aos pressupostos de publicidade, o que gerou a produção do Gráfico 1, a seguir.

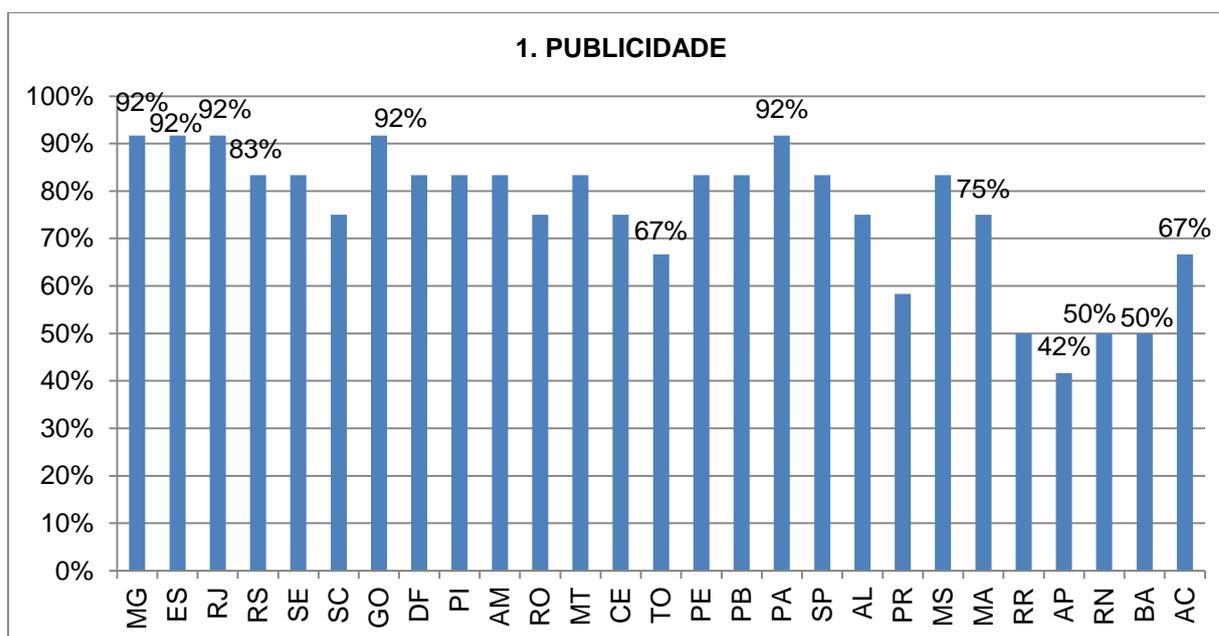


Gráfico 1 - Análise do elemento publicidade dos portais dos estados
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Dessa maneira, os dados coletados referentes ao elemento publicidade, indicam que a grande maioria dos portais atingiram 70% de pontuação. O parâmetro que mais contribuiu para esse percentual foi a frequência de atualização diária das informações.

4.1.2 Compreensibilidade

Na análise desse elemento, verifica-se a capacidade dos portais no que diz respeito à facilidade e às ferramentas de entendimento dos usuários, levando-se em conta, principalmente, a linguagem utilizada.

O Gráfico 2 a seguir sintetiza a análise do elemento compreensibilidade.

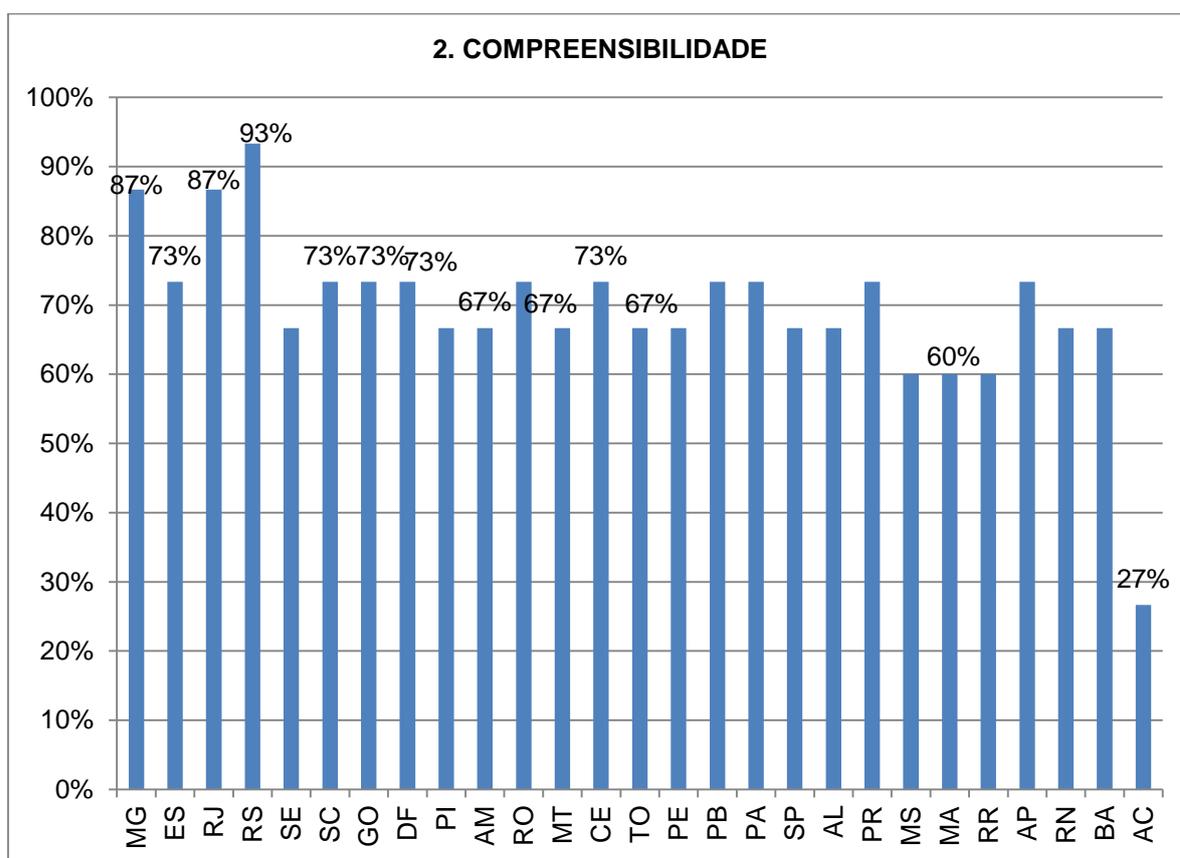


Gráfico 2 - Análise de compreensibilidade dos portais dos estados
Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Infere-se do Gráfico 2, que a grande maioria dos portais está acima dos 60%. Todos os portais receberam pontuação máxima em relação ao parâmetro uso de linguagem acessível, o que permite ao usuário fazer o acompanhamento das ações governamentais com maior efetividade, demonstrando uma evolução das pesquisas anteriores.

4.1.3 Utilidade

Esse elemento diz respeito à efetiva utilidade das informações prestadas, principalmente no tocante à prestação das contas do erário, bem como, o atendimento à legislação referente à transparência e às contas públicas.

Importante ressaltar que a grande maioria dos portais ficou acima dos 70%, o que significa que atendem os critérios de transparência dos gastos públicos no que diz respeito à utilidade das informações. Um resumo dos dados coletados para o elemento utilidade é apresentado no Gráfico 3.

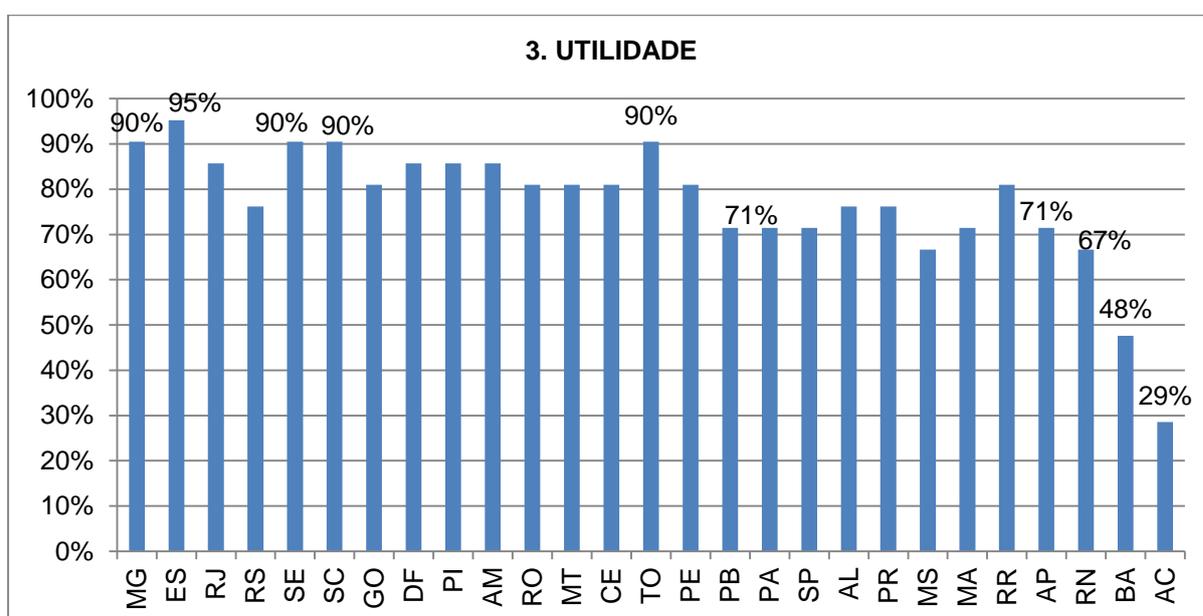


Gráfico 3 - Análise de utilidade dos portais dos estados
Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

4.1.4 Ranking

A análise dos três elementos tornou possível a estruturação do ranking geral da transparência dos portais eletrônicos estaduais, de acordo com o Gráfico 4 a seguir apresentado.

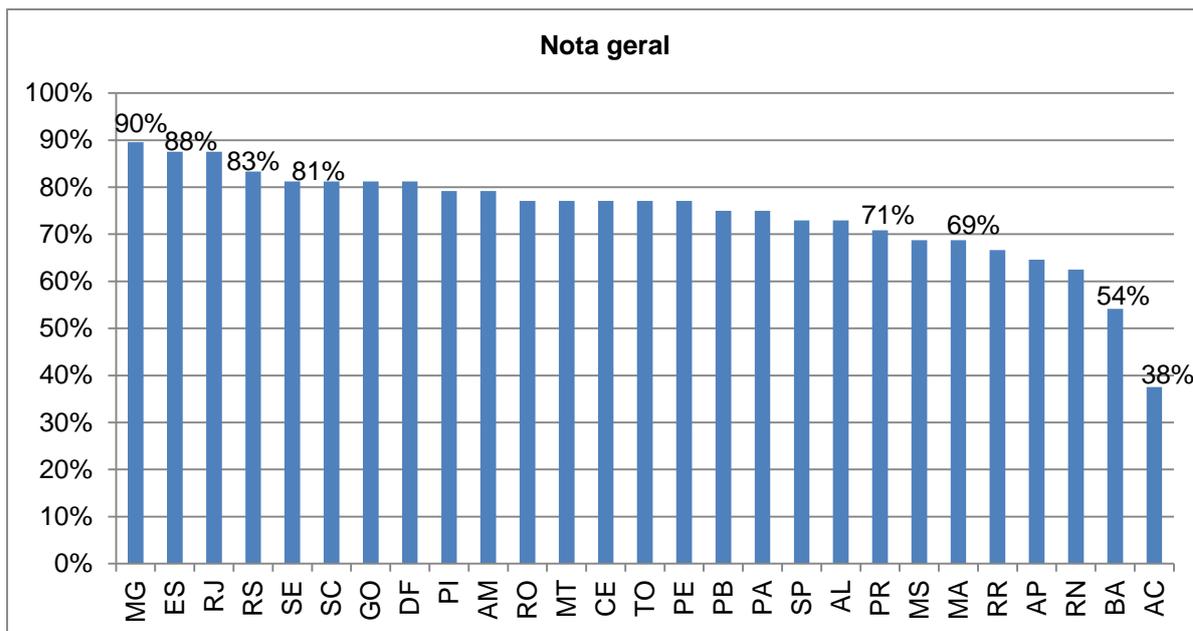


Gráfico 4 - Ranking dos portais eletrônicos dos estados brasileiros
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Como citado no decorrer dessa pesquisa, estudo semelhante foi realizado no por Jahns e Raupp (2016) e serviu de referência para se buscar a situação atualizada dos portais eletrônicos. O diferencial desse trabalho, além de atualizar o resultado da pesquisa anterior, é o de apresentar, de forma inédita em relação aos parâmetros utilizados por Jahns e Raupp (2016), a situação dos portais da transparência das capitais brasileiras, como será apresentado no próximo item, seguindo os mesmos critérios utilizados para os portais estaduais.

Note-se que o estudo de Jahns e Raupp (2016), considerou ponderações diferentes para cada elemento, ou seja, como o primeiro (publicidade) possui 4 parâmetros, então a nota final com a capacidade máxima (nota 3) é 12 pontos, enquanto que, para os outros dois (compreensibilidade e utilidade) dispôs pesos 5 e 7, respectivamente, não levando em conta o grau de importância de cada elemento.

Também, é importante levar em conta pesquisas existentes realizadas por órgãos públicos e Organizações não Governamentais (Ongs) que também

disponibilizam rankings dos estados voltados à transparência pública e ao acesso das informações.

4.1.5 Análise dos resultados dos estados - 2018

Na Tabela 3 apresenta-se o ranking produzido com o modelo utilizado por Jahns e Raupp (2016) para o ano e 2018.

TABELA 3 - RANKING DE TRANSPARÊNCIA 2018

ORDEM	ESTADOS	QT	NOTA ALTA peso 3	QT	NOTA MÉDIA peso 2	QT	NOTA BAIXA peso 1	QT	NOTA NULA peso 0	SOMA DAS NOTAS
1º	Minas Gerais	11	33	5	10	0	0	0	0	43
2º	Espírito Santo	12	36	3	6	0	0	1	0	42
3º	Rio de Janeiro	10	30	6	12	0	0	0	0	42
4º	Rio Grande do Sul	10	30	5	10	0	0	1	0	40
5º	Goiás	10	30	4	8	1	1	1	0	39
5º	Santa Catarina	10	30	4	8	1	1	1	0	39
7º	Distrito Federal	9	27	6	12	0	0	1	0	39
7º	Pará	9	27	6	12	0	0	1	0	39
7º	Sergipe	9	27	6	12	0	0	1	0	39
10º	Amazonas	8	24	7	14	0	0	1	0	38
10º	Piauí	8	24	7	14	0	0	1	0	38
12º	Pernambuco	9	27	5	10	0	0	2	0	37
12º	Tocantins	9	27	5	10	0	0	2	0	37
14º	Ceará	8	24	6	12	1	1	1	0	37
14º	Rondônia	8	24	6	12	1	1	1	0	37
16º	Mato Grosso	7	21	8	16	0	0	1	0	37
17º	Paraíba	9	27	3	6	3	3	1	0	36
18º	Alagoas	7	21	6	12	2	2	1	0	35
19º	São Paulo	5	15	10	20	0	0	1	0	35
20º	Paraná	9	27	3	6	1	1	3	0	34
21º	Maranhão	7	21	4	8	4	4	1	0	33
22º	Mato Grosso do Sul	5	15	8	16	2	2	1	0	33
23º	Roraima	6	18	6	12	2	2	2	0	32
24º	Amapá	6	18	5	10	3	3	2	0	31
25º	Rio Grande do Norte	5	15	6	12	3	3	2	0	30
26º	Bahia	3	9	4	8	5	5	4	0	22
27º	Acre	2	6	5	10	2	2	7	0	18

Fonte: Adaptado de Jahns e Raupp (2016)
Dados da Pesquisa (2018).

4.2 ANÁLISES DOS RESULTADOS DAS CAPITAIS – ANO DE 2018 - METODOLOGIA DE JAHNS E RAUPP (2016)

4.2.1 Publicidade

Assim como na análise dos portais das unidades da Federação, utilizou-se o mesmo protocolo de observação para a análise dos portais das capitais brasileiras. Dessa maneira, o parâmetro relativo à publicidade analisou a disponibilidade das opções de consulta sobre os gastos públicos na página inicial dos referidos portais.

Nessa análise, ficou evidente que a grande maioria dos portais da transparência das capitais reflete um bom atendimento aos pressupostos de publicidade.

O Gráfico 5, demonstra o resultado da análise dos portais para o elemento publicidade.

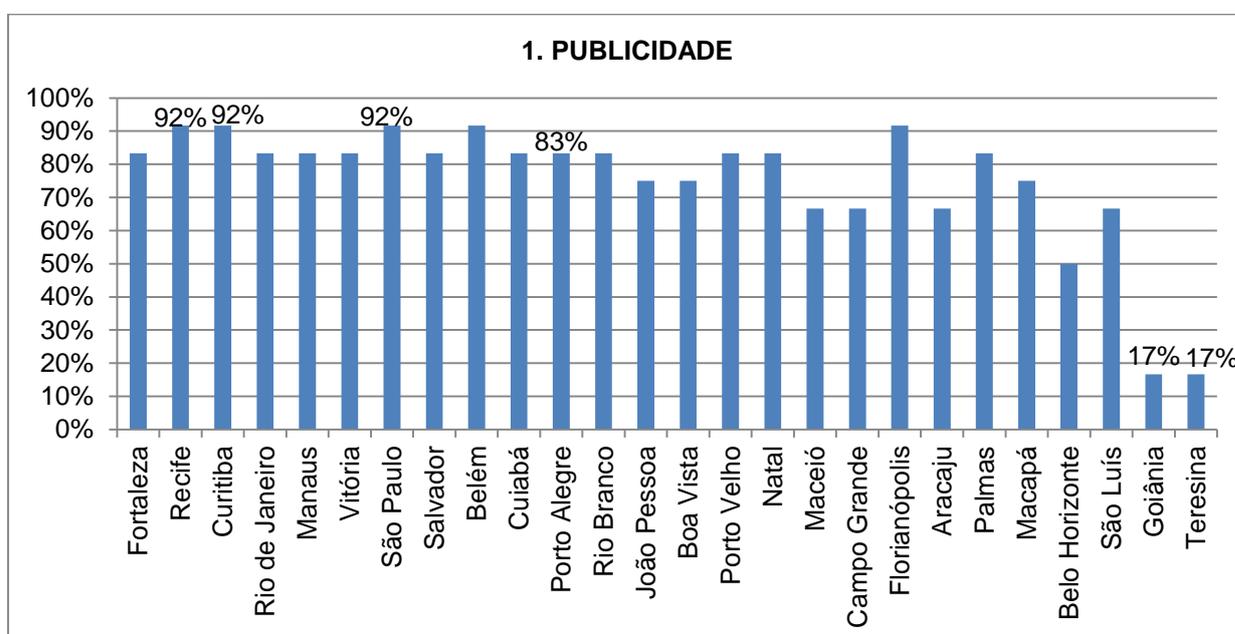


Gráfico 5 - Análise de publicidade dos portais das capitais
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

4.2.2 Compreensibilidade

A capacidade dos portais em relação à facilidade e às ferramentas de entendimento dos usuários, é a análise feita nesse elemento e, assim como realizada para os portais das unidades da Federação, levou-se em conta, também e principalmente, a linguagem utilizada.

A análise da compreensibilidade é a que apresenta uma maior variação nos percentuais encontrados, o que pode ser sinal de pouca preocupação quanto à utilização de recursos para facilitar entendimento dos usuários, bem como, um manual que ajude a entender a navegação do portal. Sob outra perspectiva, merece destaque a informação de que todos os portais analisados conseguiram pontuação máxima em relação ao uso de linguagem acessível. O Gráfico 6 sintetiza a análise do elemento compreensibilidade.

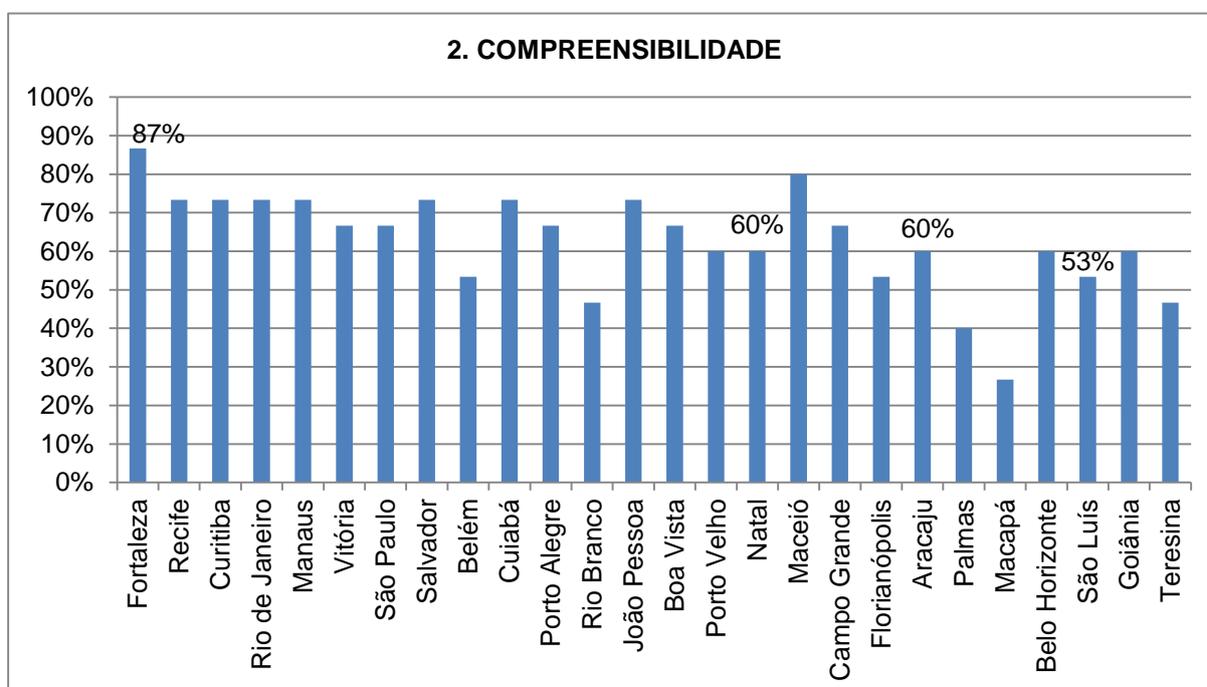


Gráfico 6 - Análise de compreensibilidade dos portais das capitais
Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

4.2.3 Utilidade

Nessa ótica, os parâmetros analisados são relativos itens constantes nos itens 3.1 a 3.7 do Quadro 2.

Quatro portais se destacaram positivamente: Rio de Janeiro, Vitória, Belém e Rio Branco, todos com 90%. No caso do Rio de Janeiro e Belém a não obtenção do percentual máximo se deu pela ausência, ao final de cada relatório, da origem da informação e do responsável por ela, bem como, apresentar, basicamente, informações sobre prestação de contas do governo.

Os portais de Vitória e do Rio Branco só disponibilizam suas séries históricas por até dez anos e, como no caso do Rio de Janeiro, também não apresentam ao final de cada relatório origem da informação e responsável.

O portal de Teresina apresentou os mesmos problemas do portal de Goiânia, com exceção do último parâmetro, pois, neste caso, apresenta informações completas sobre licitações, contratos, convênios e salários, com possibilidade de download e manipulação. Um resumo dos dados coletados para o elemento utilidade é apresentado no Gráfico 7.

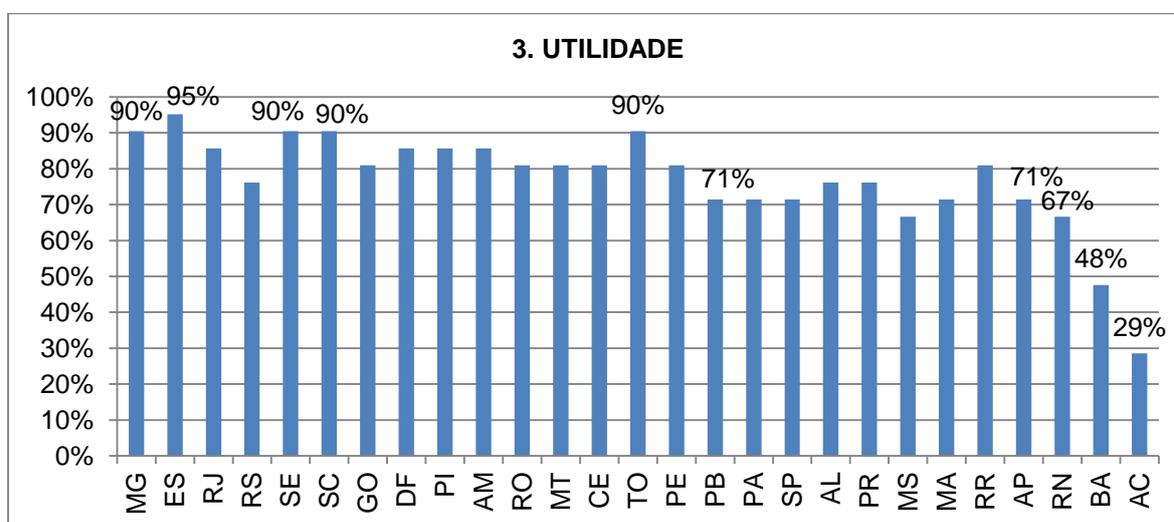


Gráfico 7 - Análise de utilidade dos portais das capitais
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Os destaques negativos nesse elemento foram os portais de Teresina (43%) e Goiânia (24%). Relativo ao de Goiânia, os links para a disponibilização de séries históricas, dados para downloads, disponibilização de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas e, ainda, disponibilização das informações sobre procedimentos licitatórios, convênios, contratos e sobre servidores não funcionaram.

4.2.4 Ranking

Os portais das capitais analisados poderiam atingir pontuação máxima de 48 pontos (100%), após a análise seguindo os critérios utilizados por Jahns e Raupp (2016) pode-se desenvolver um ranking geral apresentado no Gráfico 8, abaixo.

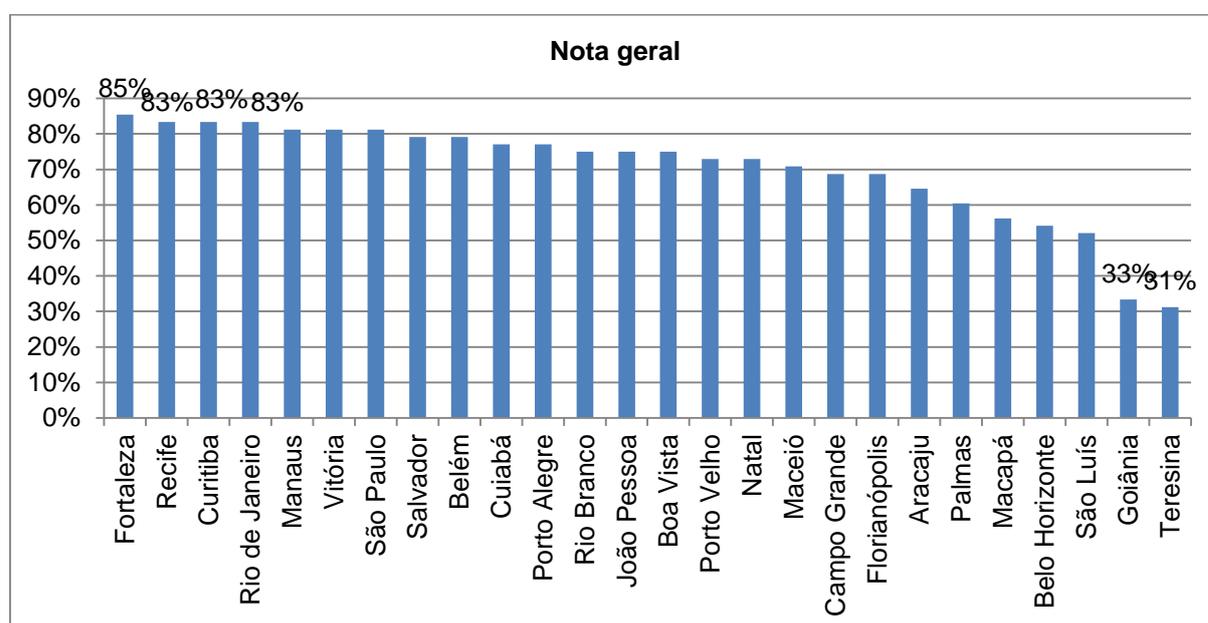


Gráfico 8 - Ranking dos portais eletrônicos das capitais
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS COM AHP

A partir da consolidação dos dados das planilhas (Tabela 6), que foram elaboradas a partir da estrutura hierárquica apresentada na Tabela 1, realizaram-se as operações matemáticas apresentadas no item 2.4 desta pesquisa, com o uso do aplicativo de criação de planilhas eletrônicas Microsoft Excel.

Os especialistas participantes desta pesquisa, como citado anteriormente, foram escolhidos entre os membros do CONACI com grandes conhecimentos acerca da transparência (objeto da pesquisa), que compararam os critérios e subcritérios dispostos.

Assim, os pesos relativos dos critérios em cada grupo foram considerados de acordo com a modelagem AHP. Baseado nesse processo obteve-se a primeira ordem matriz de julgamento, cujos resultados estão dispostos da Tabela 4 abaixo. (Lukman, 2010).

TABELA 4 - CONTRIBUIÇÃO POR CRITÉRIOS (Bi)

Bi/Ei	E1	E2	E3	E4	E5	MÉDIA ARITMÉTICA w(Bi)
B1	0,54	0,53	0,23	0,33	0,58	0,44
B2	0,16	0,14	0,12	0,14	0,11	0,13
B3	0,30	0,33	0,65	0,53	0,31	0,42
SOMA	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Adaptado de Lukman et al. 2010, p. 623

Os resultados das comparações paritárias foram obtidos a partir da média aritmética das notas dos cinco especialistas (E1 a E5), cujas respostas foram consistentes. Assim, os critérios ficaram dispostos na seguinte ordem decrescente de grau de importância: 44% - B₁ (publicidade); 42% - B₃ (utilidade); e 13% - B₂ (compreensibilidade).

Em relação aos subcritérios, foram seguidos os mesmos procedimentos utilizados para os critérios. Na Tabela 5, demonstram-se as respostas coletadas dos mesmos especialistas. As comparações por pares dos subcritérios foram feitas dentro de cada critério (C₁ a C₄ – Publicidade; C₅ a C₉ – Compreensibilidade; e C₁₀ a C₁₆ - Utilidade), como anteriormente demonstrado na Figura 4.

TABELA 5 - CONTRIBUIÇÃO POR SUBCRITÉRIOS (Ci)

Ci/Ei	E1	E2	E3	E4	E5	MÉDIA ARITMÉTICA w (Ci)
C1	0,53	0,50	0,53	0,18	0,54	0,46
C2	0,09	0,18	0,26	0,11	0,07	0,14
C3	0,16	0,08	0,04	0,45	0,23	0,19
C4	0,22	0,24	0,17	0,26	0,16	0,21
SOMA	1	1	1	1	1	1
C5	0,35	0,51	0,56	0,07	0,35	0,37
C6	0,27	0,19	0,07	0,11	0,22	0,17
C7	0,09	0,07	0,05	0,16	0,14	0,10
C8	0,09	0,04	0,19	0,35	0,11	0,15
C9	0,20	0,19	0,12	0,31	0,18	0,20
SOMA	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
C10	0,04	0,02	0,06	0,04	0,03	0,04
C11	0,17	0,09	0,24	0,12	0,18	0,16
C12	0,20	0,21	0,29	0,11	0,18	0,20
C13	0,11	0,05	0,09	0,07	0,06	0,08
C14	0,20	0,24	0,15	0,28	0,12	0,20
C15	0,21	0,32	0,13	0,28	0,12	0,21
C16	0,07	0,06	0,04	0,10	0,31	0,12
SOMA	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Adaptado de Lukman et al. 2010, p. 624

Os resultados das comparações pareadas entre os subcritérios nomeados na Tabela 5, baseados nas notas de cada decisor, revelaram que os mais importantes dentro do critério Publicidade (B₁) são: facilidade de acesso aos dados (C₁) – com 46%; possibilidade de consultas por diferentes períodos (C₄) – 21%; frequência de atualização das informações (C₃) - 19%; e qualidade da navegação (C₂) - 14%.

Com relação ao critério Compreensibilidade (B₂) obtiveram-se os seguintes resultados: uso de linguagem acessível (C₅) – 37%; interação com usuários (C₉), com 20%; uso de recursos que facilitem o entendimento (C₆) – 17%; ações de formação de usuários (C₈) – 15%; e fornecimento de informações complementares (C₇) – 10%.

No tocante à Utilidade, tem-se: disponibilização das informações sobre procedimentos licitatórios, convênios, contratos e sobre servidores (C₁₅) – 21%; disponibilização de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas (C₁₄) – 20%; confiabilidade das informações (C₁₂) – 20%; disponibilização de séries históricas (C₁₁) – 16%; disponibilização de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas (C₁₃) – 8%; e evidenciação de aspectos legais (C₁₀) – 4%.

Após a obtenção dos resultados dos julgamentos dos especialistas nas matrizes de comparações pareadas, entre os critérios e subcritérios (tabelas 4 e 5), aplicaram-se as equações 2, 3 e 4, correspondentes ao autovetor (λ -Máx), ao Índice de Consistência (IC) e à Razão de Consistência (RC), buscando-se analisar se as respostas dos decisores estavam inconsistentes.

Isso se faz necessário, tendo em vista que podem ocorrer erros de julgamentos de valor, sendo importante o respeito às relações de preferência entre os critérios e subcritérios. (Passos, 2010).

O Quadro 9 a seguir, demonstra o resultado obtido para a matriz critérios e subcritérios. Deve-se levar em conta que, de acordo com Passos (2010, p. 49), “quanto mais consistente for a matriz, mais os pesos (determinados pelo seu autovetor) serão corretos”.

TESTE DE CONSISTÊNCIA - CRITÉRIOS			
Especialista (E)	λ - MAX (Autovalor)	IC (Índice de Consistência)	RC (Razão de Consistência)
E1	3,01	0,5%	0,8%
E2	3,05	2,7%	4,6%
E3	3	0,2%	0,3%
E4	3,05	2,7%	4,6%

E5	3	0,2%	0,3%
TESTE DE CONSISTÊNCIA - PUBLICIDADE			
Especialista (E)	λ- MAX (Autovalor)	IC (Índice de Consistência)	RC (Razão de Consistência)
E1	4,11	4%	4%
E2	4,20	7%	7%
E3	4,24	8%	9%
E4	4,20	7%	7%
E5	4,06	2%	2%
TESTE DE CONSISTÊNCIA - COMPREENSIBILIDADE			
Especialista (E)	λ- MAX (Autovalor)	IC (Índice de Consistência)	RC (Razão de Consistência)
E1	5,16	4%	4%
E2	5,31	8%	7%
E3	5,35	9%	8%
E4	5,23	6%	5%
E5	5,31	8%	7%
TESTE DE CONSISTÊNCIA - UTILIDADE			
Especialista (E)	λ- MAX (Autovalor)	IC (Índice de Consistência)	RC (Razão de Consistência)
E1	7,16	3%	2%
E2	7,60	10%	8%
E3	7,71	12%	9%
E4	7,62	10%	8%
E5	7,28	5%	4%

Quadro 9 - Teste de consistência da matriz critérios e subcritérios
 Fonte: Autor da pesquisa.

Com os resultados obtidos com a execução do teste de consistência, constatou-se que a comparação par a par atendeu ao índice aceitável de inconsistência que deve ser menor ou igual a 0,1. (Saaty, 1991).

TABELA 6 - ORDEM DE HIERARQUIA DE SUBCRITÉRIOS (Ci)

Ci/Ei	Subcritérios	w(Ci)	w(Bi)	w(Ci)*w(Bi)
C1	Facilidade de acesso aos dados	0,4560		0,2016
C2	Qualidade da navegação	0,1420	0,4420	0,0628
C3	Frequência de atualização das informações	0,1920		0,0849
C4	Possibilidade de consultas por diferentes períodos	0,2100		0,0928
C5	Uso de linguagem acessível	0,3706		0,0497
C6	Uso de recursos que facilitem o entendimento	0,1727		0,0231
C7	Fornecimento de informações complementares	0,0999	0,1340	0,0134
C8	Ações de formação de usuários	0,1541		0,0207
C9	Interação com usuários	0,2025		0,0271
C10	Evidenciação de aspectos legais	0,0386		0,0164
C11	Disponibilização de séries históricas	0,1606		0,0681
C12	Confiabilidade das informações	0,1975		0,0837
C13	Disponibilização de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas.	0,0761	0,4240	0,0323
C14	Disponibilização de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas.	0,1985		0,0842
C15	Disponibilização das informações sobre procedimentos licitatórios, convênios, contratos e sobre servidores.	0,2130		0,0903
C16	Pertinência das informações	0,1157		0,0491
SOMA			1,00	1,00

Fonte: Adaptado de Lukman et al. 2010, p. 624

A Tabela 6 demonstra a ordem de hierarquia entre os subcritérios, critérios e objetivo. Importante notar que a ordem apresentada foi obtida a partir da multiplicação do resultado da média aritmética das notas dadas para cada subcritério (Tabela 5), por cada especialista - $w(Ci)$, pelo resultado da média aritmética da nota de cada um deles para cada critério - $w(Bi)$, chegando-se ao produto de $w(Ci)*w(Bi)$, que é o índice que será utilizado para a produção dos rankings dos estados e do Distrito Federal e das capitais brasileiras, utilizando-se a modelagem AHP.

4.3.1 Ranking dos portais dos estados com AHP

Após a utilização do método AHP nos moldes apresentados na metodologia deste estudo (Quadro 8), chegou-se aos resultados apresentados a seguir para os portais eletrônicos estaduais brasileiros quanto à qualidade de suas informações e sua transparência, gerando os resultados com notas apresentados nos quadros 13 e 14 (Apêndice B).

Assim, apresenta-se no Gráfico 9, o resultado da análise do critério Publicidade:

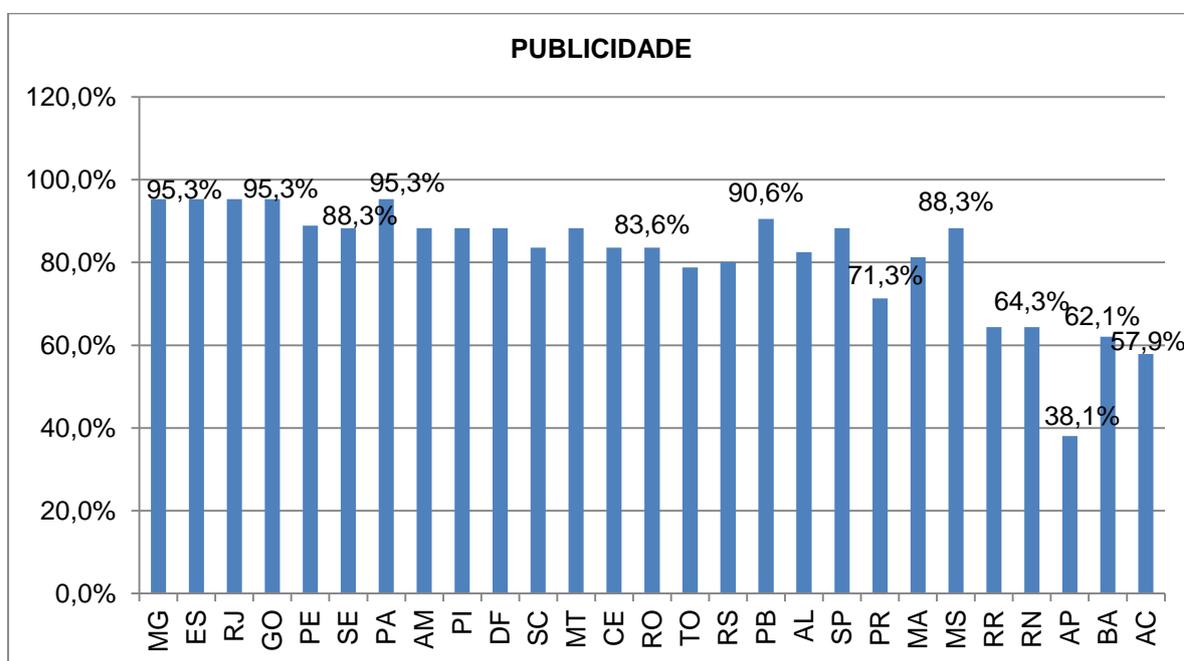


Gráfico 9 - Análise de publicidade dos portais dos estados com AHP
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Note-se que este indicador apresentou 5 (cinco) portais empatados com a nota de 42,12, correspondendo a 95,3% da capacidade máxima. Destaca-se que na análise anterior, realizada sem o uso da metodologia AHP, essa ordem se manteve.

Entretanto, como se pode notar, a maioria dos portais, neste critério, ficou com nota acima de 31,5 ou 71,3% da capacidade máxima, considerando que a nota máxima seria de 44,2 pontos, o que significa uma boa qualidade dos sítios quanto à,

“ampla divulgação das informações, diferentes meios de acesso e tempestividade” de suas ações, de acordo com Allegretti e Platt Neto (2011, p. 85).

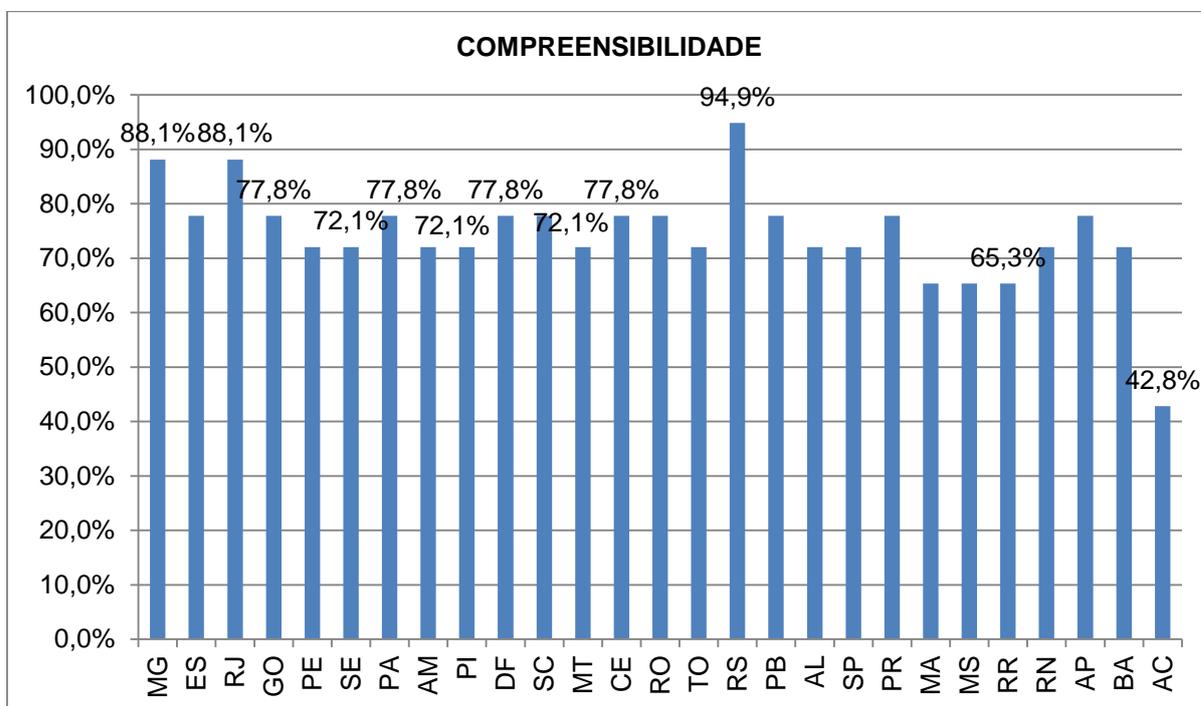


Gráfico 10 - Análise de compreensibilidade dos portais dos estados com AHP
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

O Gráfico 10 trata do critério Compreensibilidade dos portais. Aqui, com a nota máxima podendo chegar a 13,40 pontos.

De maneira geral, o critério Compreensibilidade está bem representado nos portais eletrônicos, tendo em vista que todos os portais, com exceção do Acre (AC), atingiram mais 65,3% do total máximo possível de ser atingido.

A análise do critério Utilidade está apresentada no Gráfico 11, onde os portais poderiam obter 42,4 como pontuação máxima.

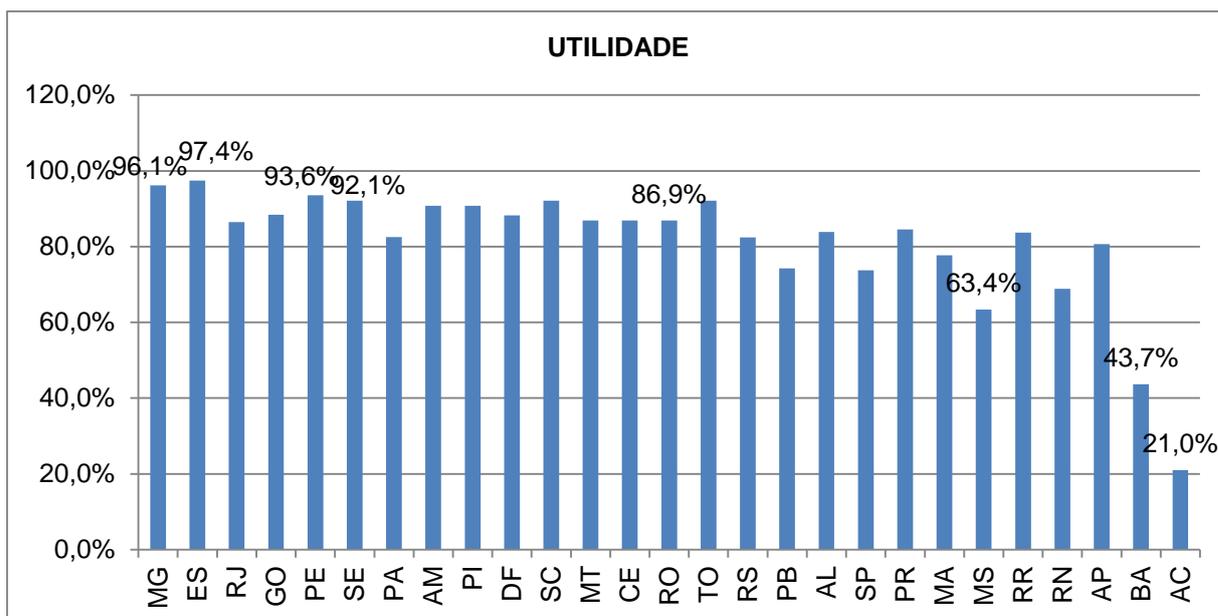


Gráfico 11 - Análise de utilidade dos portais dos estados com AHP
 Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Vê-se, pela análise do Gráfico 11 apresentado que, de maneira geral, nesse critério, os portais ficaram bem situados em relação à nota máxima, a grande maioria atingindo 30 pontos, o que demonstra um bom atendimento ao cidadão.

Após análise dos três critérios sob a ótica da modelagem AHP, pode-se chegar ao ranqueamento (Nota Geral) dos portais eletrônicos analisados, como demonstra o Gráfico 12.

A utilização do AHP propiciou a elaboração de um novo *ranking* para os portais eletrônicos dos estados brasileiros e do Distrito Federal, com um menor índice de subjetividade e uma ponderação proporcional ao grau de importância dos subcritérios e critérios de transparência das contas públicas.

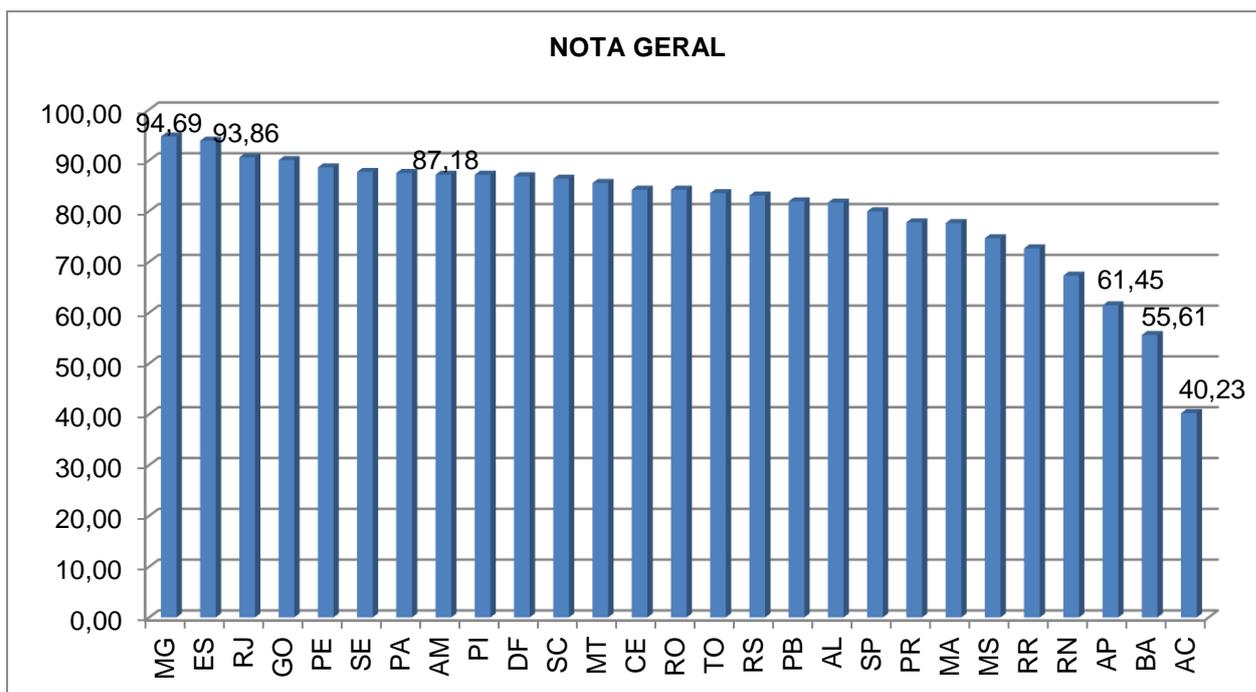


Gráfico 12 - Nota Geral dos portais dos estados com AHP
 Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Fazendo-se uma comparação dos rankings com e sem modelagem AHP, de acordo com o Quadro 10 a seguir apresentado, pode-se inferir que os portais situados nas primeiras colocações não alteraram as posições. Entretanto, a partir da quarta colocação houve mudanças, o que pode demonstrar a validade de utilização de uma modelagem multicriterial para esse tipo de pesquisa.

Entretanto, de uma maneira geral, os portais eletrônicos dos estados e do Distrito Federal atendem bem as necessidades do cidadão quanto à transparência nas duas metodologias utilizadas.

ORDEM COM AHP	SIGLA	ORDEM SEM AHP	SIGLA
1º	MG	1º	MG
2º	ES	2º	ES
3º	RJ	3º	RJ
4º	GO	4º	RS
5º	PE	5º	GO
6º	SE	5º	SC
7º	PA	7º	DF
8º	AM	7º	PA
8º	PI	7º	SE
10º	DF	10º	AM
11º	SC	10º	PI
12º	MT	12º	PE

13º	CE	12º	TO
13º	RO	14º	CE
15º	TO	14º	RO
16º	RS	16º	MT
17º	PB	17º	PB
18º	AL	18º	AL
19º	SP	19º	SP
20º	PR	20º	PR
21º	MA	21º	MA
22º	MS	22º	MS
23º	RR	23º	RO
24º	RN	24º	AP
25º	AP	25º	RN
26º	BA	26º	BA
27º	AC	27º	AC

Quadro 10 - Comparações dos rankings com e sem a modelagem AHP

Fonte: Dados das pesquisas.

4.3.2 Ranking dos portais das capitais com AHP

Para a obtenção do ranking dos portais das capitais utilizou-se a mesma sistemática usada para o ranqueamento dos sítios eletrônicos dos estados brasileiros. Assim, apresenta-se a seguir, os gráficos referentes aos critérios Publicidade, Compreensibilidade e Utilidade com a utilização da modelagem AHP.

O Gráfico 13 demonstra as notas obtidas pelas capitais no tocante à Publicidade.

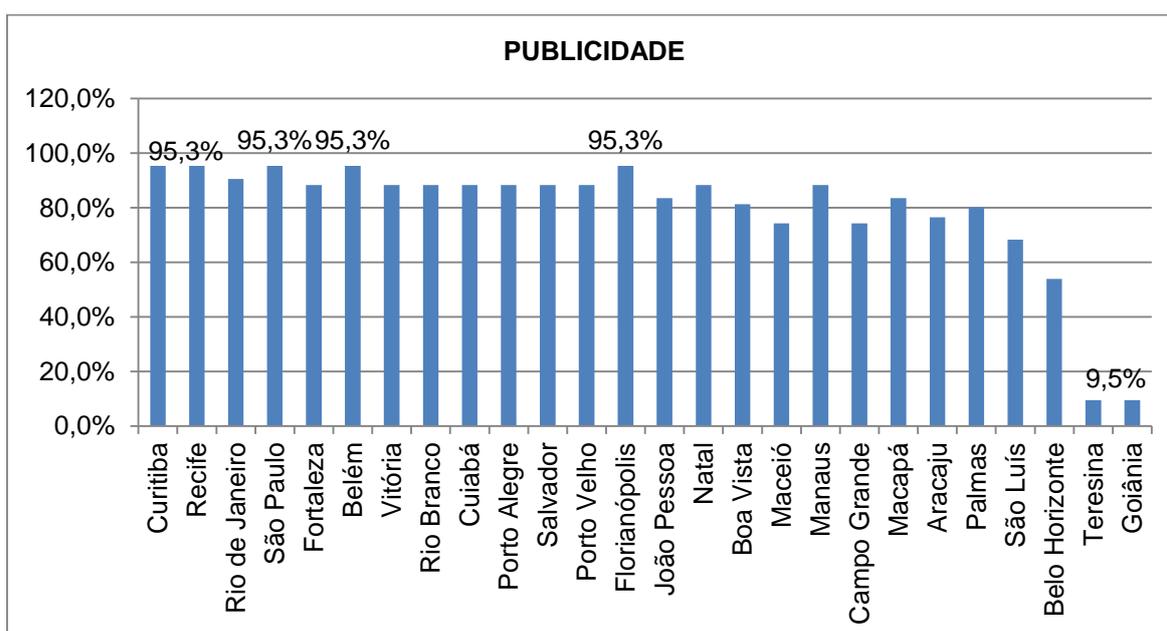


Gráfico 13 - Análise de publicidade dos portais das capitais com AHP

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Note-se que nesse critério existem 5 (cinco) capitais com notas empatadas, na primeira colocação, com 42,12 pontos, correspondendo a o percentual de 95,3%. Também, vê-se uma hegemonia acentuada entre as pontuações das demais capitais, com a grande maioria ficando acima dos 80% da capacidade máxima.

Comparando-se com a pesquisa realizada sem a modelagem AHP, destacam-se positiva e negativamente os mesmos portais, não havendo alterações no posicionamento nos dois rankings para esse critério.

O Gráfico 14 a seguir apresenta o ranking relativo ao critério Compreensibilidade.

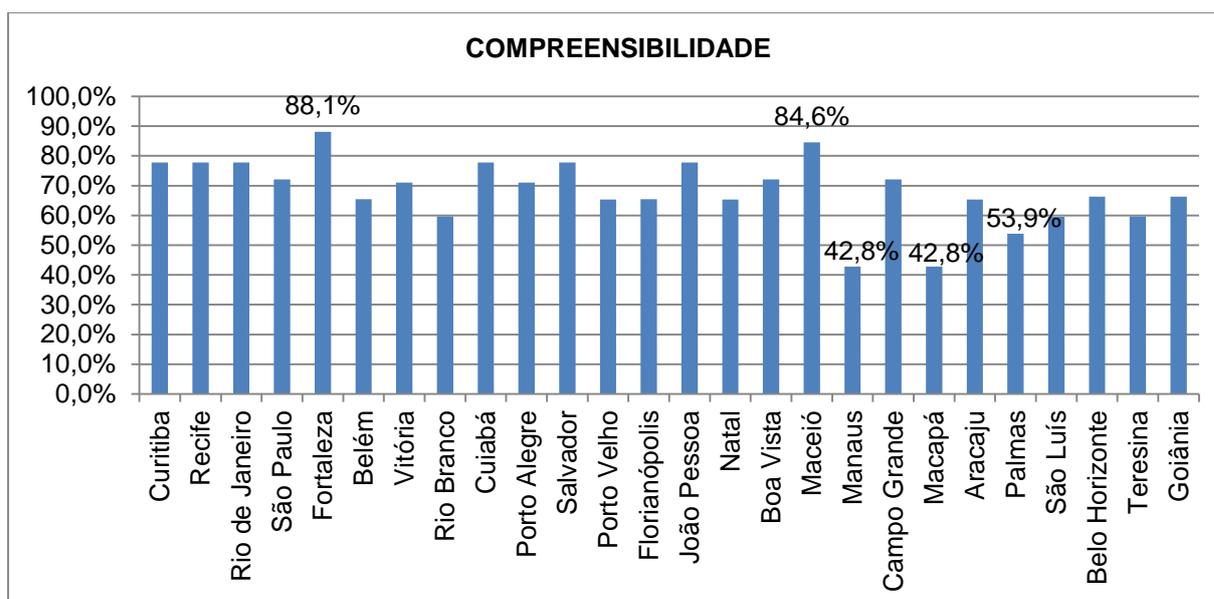


Gráfico 14 - Análise de compreensibilidade dos portais das capitais com AHP
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

No que diz respeito à Compreensibilidade, fazendo-se uma comparação com o ranking sem a modelagem AHP, nota-se que, nesse critério, os destaques positivos também foram os mesmos. Entretanto, houve mudanças em relação às últimas colocações.

O último critério analisado foi Utilidade, apresentado no Gráfico 15. Neste critério, na análise realizada sem a utilização da modelagem AHP, quatro portais se destacaram positivamente.

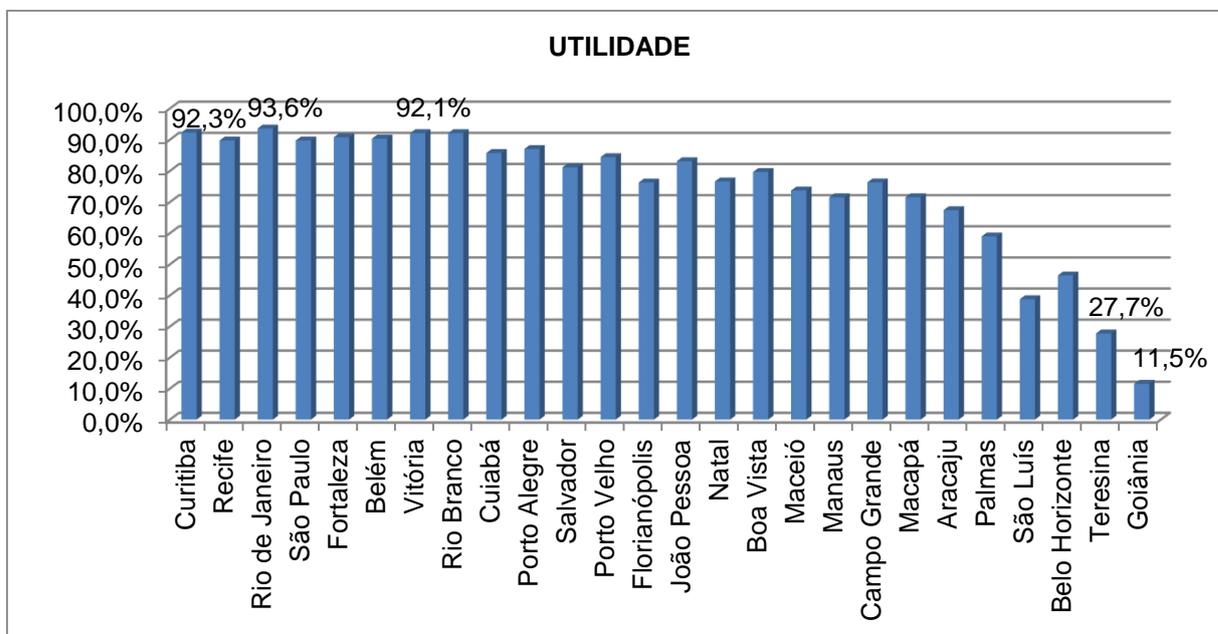


Gráfico 15 - Análise de utilidade dos portais das capitais com AHP
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Após análise dos três critérios, obtiveram-se as informações necessárias para a construção do ranking dos portais eletrônicos das capitais brasileira (Nota Geral), que é apresentado a seguir no Gráfico 16.

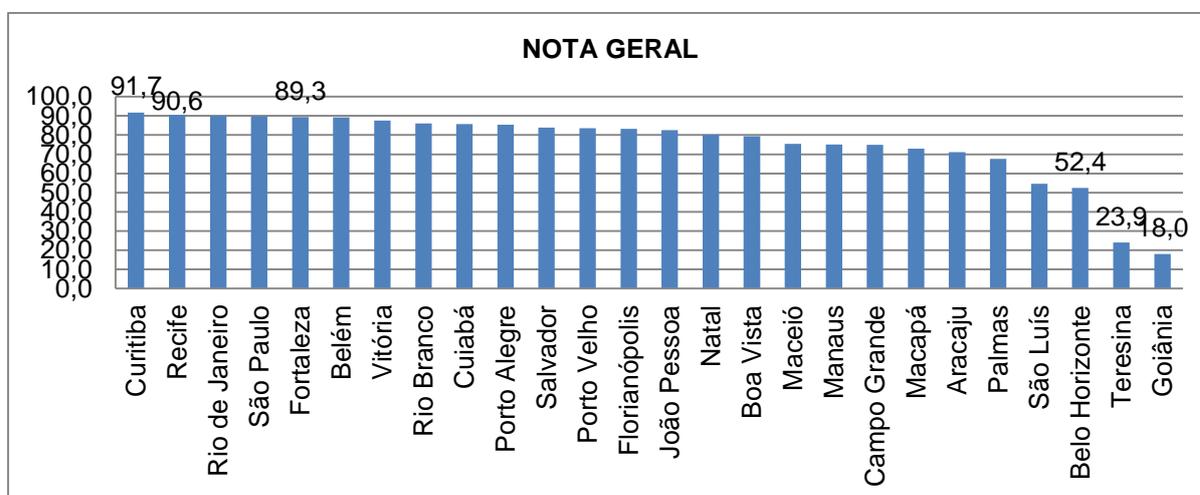


Gráfico 16 - Nota Geral dos portais das capitais com AHP
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A seguir, apresenta-se o Quadro 11 com a comparação feita entre o ranqueamento dos portais das capitais com e sem a utilização da modelagem AHP.

ORDEM COM AHP	CAPITAIS	ORDEM SEM AHP	CAPITAIS
1º	Curitiba	1º	Fortaleza
2º	Recife	2º	Recife
3º	Rio de Janeiro	2º	Curitiba
4º	São Paulo	4º	Rio de Janeiro
5º	Fortaleza	5º	São Paulo
6º	Belém	6º	Manaus
7º	Vitória	7º	Vitória
8º	Rio Branco	8º	Belém
9º	Cuiabá	9º	Salvador
10º	Porto Alegre	10º	Cuiabá
11º	Salvador	11º	Porto Alegre
12º	Porto Velho	12º	Rio Branco
13º	Florianópolis	13º	João Pessoa
14º	João Pessoa	14º	Boa Vista
15º	Natal	15º	Porto Velho
16º	Boa Vista	15º	Natal
17º	Maceió	17º	Maceió
18º	Manaus	18º	Florianópolis
19º	Campo Grande	19º	Campo Grande
20º	Macapá	20º	Aracaju
21º	Aracaju	21º	Palmas
22º	Palmas	22º	Macapá
23º	São Luís	23º	Belo Horizonte
24º	Belo Horizonte	24º	São Luís
25º	Teresina	25º	Goiânia
26º	Goiânia	26º	Teresina

Quadro 11 - Comparações dos rankings com e sem AHP: capitais
Fonte: Dados das pesquisas.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa procurou analisar o cumprimento das determinações contidas na Lei de Transparência (Lei Complementar n. 131, 2009) e na Lei de Acesso à Informação (Lei Complementar nº 12.527, 2011), por parte dos portais de transparência das unidades da Federação e das suas capitais. Para tanto, foi realizado um levantamento em 53 portais de transparência, destes 27 foram das unidades da Federação (26 estados e um do Distrito Federal) e 26 nos das capitais dos estados e classificados por ordem decrescente de notas de avaliação, segundo os critérios de publicidade, compreensibilidade e utilidade.

A partir do estudo de Jahns e Raupp (2016), optou-se por uma metodologia que utiliza um método multicriterial, de priorização e com equacionamento próprio – AHP, para a diminuição da subjetividade existente na ponderação de critérios da análise do nível das informações disponibilizadas nos sítios de transparência em relação às exigências legais.

Em relação às capitais, grande parte dos sítios da internet (62%) reflete um bom atendimento aos pressupostos dos critérios de transparência, somando mais de 70% dos pontos do ranking. Destaque positivo para Fortaleza, Recife, Curitiba e Rio de Janeiro com mais de 80% dos pontos possíveis e negativo para Teresina com 31% e Goiânia com 33%.

No que diz respeito à normatização, percebeu-se que, de maneira geral, a atualização e a manutenção do conteúdo dos portais, nos moldes previstos pela legislação, vêm sendo bem operacionalizada e bem poucos foram os que

apresentaram links quebrados. No tocante aos elementos de transparência pesquisados, os resultados revelam que a maioria das unidades da Federação atendem os requisitos mínimos exigidos pelas normas legais.

A utilização modelagem AHP facilitou a compreensão e uma melhor avaliação das páginas da internet. A técnica foi mais efetiva para classificar os estados e capitais que estavam na região intermediária do ranking, tendo em vista que os extremos não foram afetados pela ponderação de critérios, pois, em geral, já possuíam notas próximas das máximas ou mínimas.

Os resultados demonstram que a modelagem AHP revelou-se adequada para a análise proposta nesta pesquisa, apresentando diversos diferenciais na facilitação da compreensão do problema; proporcionou uma interpretação mais abrangente dos critérios e subcritérios disponibilizados, fazendo com que o julgamento fosse influenciado por todos eles. Também, ajudou a mitigar inconsistências por meio da utilização de pesos nas comparações paritárias, evitando-se distorções.

Destacam-se algumas limitações do método utilizado por Jahns e Raupp (2016) como o modelo de análise, como por exemplo: foi desenvolvido a partir de adaptações de outros autores; o caráter subjetivo da pesquisa, decorrente da interpretação do pesquisador quanto aos dados analisados; e a limitação do interstício do período de tempo da coleta das informações e análises (Jahns & Raupp, 2016).

Recomenda-se adoção da metodologia aplicada e do modelo apresentado em futuras pesquisas acadêmicas, aumentando-se o número de especialistas envolvidos para torná-las mais robustas, bem como, a utilização dos mesmos critérios e subcritérios de análises pelos municípios brasileiros, para aprimorar os seus endereços eletrônicos ou como uma alternativa de comparação empírica de sua atuação como efetivo instrumento de transparência das informações públicas.

REFERÊNCIAS

- Akutsu, L., & Pinho, J. A. G. de. (2002). Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 35(5), 723-745. Recuperado em 10 novembro, 2003, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6461/5045>
- Allegretti, D. dos S., & Platt Neto, O. A. (2011). Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 9(26), 79-95. Recuperado em 20 fevereiro, 2018, de <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33388/funcionalidades--limitacoes-e-potencialidades-do-portal-da-transparencia-do-estado-do-rio-grande-do-sul/i/pt-br>
- Altman, M., Mann, T. E., McDonald, M. P., & Ornstein, N. J. (2010). Principles for transparency and public participation in redistricting. *Brookings*, Thursday, June 17. Recuperado em 20 de fevereiro, 2018, de <https://www.brookings.edu/opinions/principles-for-transparency-and-public-participation-in-redistricting/>
- Bernardes, M. B., Santos, P. M., & Rover, A. J. (2015). Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 49(3), 761-792.
- Bezerra, M. E. de O. (2017). *Percepção da transparência no setor público: uma aproximação com a teoria de agência*. (Dissertação de mestrado). Recuperado em 27 fevereiro, 2019 de <http://www.unihorizontes.br/mestrado2/wp-content/uploads/2017/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mario-Eugenio-02.04.2017.pdf>
- Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2009*. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm
- Lei Complementar nº 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

- Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.* Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Cabral, P., & Stein, T. (2017). Qual a diferença entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa? 2017. Recuperado em 28 de janeiro de 2019 de <http://www.diferença.com/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa>
- Campos, R., Paiva, D., & Gomes, S. (2013). Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. *Revista Sociedade e Estado*, 28(2), 421-446, Maio/Ago. Recuperado em 08 de fevereiro, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a12.pdf>
- Carlomagno, M. C. (2010). Accountability ou propaganda? A publicização no setor público: estudo de caso do programa escola de governo do governo do Paraná. *Anais do III Congresso Consad de Gestão Pública*, Brasília, DF, Brasil. Recuperado em 20 fevereiro, 2018 de http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/113/1/C3_TP_ACCOUNTABILITY%20OU%20PROPAGANDA%20A%20PUBLICIZA%C3%87%C3%83O%20NO%20SETOR%20P%C3%9ABLICO.pdf
- Cegarra-Naverroa, J.-G., Pachón, J. R. C., & Cegarra, J. L. M. (2012). E-government and citizen's engagement with local affairs through e-websites: The case of Spanish municipalities. *International Journal of Information Management*, 32(5), 469-478. Recuperado em 28 de janeiro, 2019 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401212000291?via%3Dihub>
- Controladoria-Geral da União. (2011). *Acesso à informação pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília: Autor. Recuperado em 8 fevereiro, 2018 de <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>
- Conselho Nacional de Controle Interno. (2018). *Quem somos*. Recuperado em 15 de abril, 2019 de <http://conaci.org.br/quem-somos/>
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Porto Alegre: Anmed.
- Cruz Junior, A. de T.; & Carvalho, M. M. (2003). Obtenção da voz do consumidor: estudo de caso em um hotel ecológico. *Revista Produção*, 13, 88-100. Recuperado em 8 de novembro, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/prod/v13n3/v13n3a07.pdf>
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. de S., Silva, L. M. da S., & Macedo, M. Á. da S. M. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 46(1), 153 a 176.

- Dutra, C. C., & Fogliatto, F. S. (2007). *Operacionalização do processo analítico hierárquico usando matrizes incompletas de comparações pareadas*. Recuperado em 12 de fevereiro, 2019 de http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/83_7_artigo_operacionalizacao_do_processo_analitico_hierarquico_usando_matrizes_incompletas_de_comparacoes_pareadas.pdf
- Favretto, J., & Nottar, L. A. (2016). Utilização da metodologia Aanalytic Hierarchy Process (AHP) na definição de um software acadêmico para uma instituição de ensino superior do oeste catarinense. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, 11(2). Recuperado em 25 de janeiro, 2019 de <http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/881/428>
- Gruman, M. (2012). Lei de acesso à informação: notas e um breve exemplo. *Revista Debates*, Porto Alegre, 6(3), 97-108, set.-dez. Recuperado em 8 de fevereiro, 2018 de <http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/34229/23345>
- lañez, M. M., & Cunha, C. B. da. (2006). Uma metodologia para a seleção de um provedor de serviços logísticos. *Produção*, 16(3), 394-412. Recuperado em 7 de novembro, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/prod/v16n3/a04v16n3.pdf>
- Índice de Transparência. (2014). *Ranking 2014 – Estados*. Recuperado em 24 de julho, 2018 de <https://indicedetransparencia.com/ranking-2014-estados/>
- Índice de Transparência. (2014). *Ranking 2014 – Capitais*. Recuperado em 24 de julho, 2018 de <https://indicedetransparencia.com/ranking-2014-capitais>
- Jahns, F. T., & Raupp, F. M. (2016). Transparência do poder executivo dos estados brasileiros. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, 12(3), 65-72, jul./set. Recuperado em 19 de fevereiro, 2018 de <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/5324>
- Kopits, G., & Craig, J. (1998). Transparency in government operations. Washington: *Internanational Monetary Fund*. Recuperado em 09 de fevereiro, 2018 de <https://www.imf.org/external/pubs/ft/op/158/op158.pdf>
- Lopes, C. A. (2007). Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. *Cadernos de Finanças Públicas*. Brasília, (8), 5-40. Recuperado em 8 fevereiro, 2018 de <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/arquivo.2013-04-18.4951615613>
- Lukman, R., Krajnc, D., & Glavic, P. (2010). University ranking using research, educational and environmental indicators. *Journal of Cleaner Production*, 18, 619–628. Recuperado em 28 de janeiro, 2019 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652609003047>
- MAFRA, F. (2009). *Lei Complementar 131, de 27.05.2009: aumento da transparência nos gastos públicos como instrumento democrático*. Recuperado

em 25 de abril, 2018 de http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7325

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. (2016). *Aplicação da lei de acesso à informação na administração pública federal*.

Recuperado em 28 de janeiro, 2019 de http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao_lai_2edicao.pdf

Passos, A. C. (2010). *Definição de um índice de qualidade para distribuidoras de energia elétrica utilizando o apoio multicritério à decisão e análise de séries temporais*. Recuperado em 27 de janeiro, 2019 de https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17608/17608_5.PDF

Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. (Tese de doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP: São Paulo. Recuperado em 17 de dezembro, 2017 de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-28012008-113439/pt-br.php>

Platt Neto, O. A. (2005). *Construção de um modelo da transparência da gestão da dívida pública municipal com vistas a favorecer o controle social*. (Tese de doutorado). Recuperado em 20 de fevereiro, 2018 de <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102063>

Platt Neto, O. A., Da Cruz, Ensslin, F., Ernsslin, S. R.; & Ensslin, L. (2007). Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. *Contab. Vista & Rev.*, 18(1), 75-94, jan./ mar. Recuperado em 19 de fevereiro, 2018 de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320>

Raupp, F. M. (2011). *Construindo a accountability em câmaras municipais do estado de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos*. (Tese de doutorado). Recuperado em 18 de fevereiro, 2018 de <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/TESE%20DO%20A LUNO%20FABIANO%20MAURY%20RAUPP.pdf>

Saaty, R. W. (1987). The analytic hierarchy process – what it is and how it is used. *Mathematical Modelling*, 9, 161-176. Recuperado em 5 de novembro, 2018 de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0270025587904738>

Saaty, T. L. (1991). *Método de análise hierárquica*. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda.

Saaty, T. L. (2008). Decision making with the analytic hierarchy process. *International Journal of Services Sciences*, Pittsburgh, 1(1), 83-98. Recuperado em 25 de janeiro, 2019 de <http://www.rafikulislam.com/uploads/resources/197245512559a37aadea6d.pdf>

- Sanches, O. A. (2003). O poder burocrático e o controle da informação. *Revista Lua Nova*, Santa Catarina, (58), 89-120. Recuperado em 9 de fevereiro, 2017 de <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26035-26037-1-PB.pdf>
- Santos, C. S. dos, & Quelhas, O. L.G. (2012). O que é transparência governamental? *Anais do IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão*. Recuperado em 20 de fevereiro, 2018 de <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/15895>
- Santos, F. F. (2008). *Análise de investimentos em AMT (Advanced Manufacturing Technology): uso de um modelo multicriterial - AHP (Analytic Hierarchy Process)*. Biblioteca Digital UFMG: Minas Gerais. Recuperado em 25 de janeiro, 2019 de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/AMCN-8AGG38>
- Santos, M. L. dos, & Souza, M. A. de. (2010). A importância do profissional contábil na contabilidade gerencial: uma percepção dos conselheiros do CRC/MG. *E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte*, 3(1), jul. Recuperado em 18 de dezembro, 2017 de <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/article/viewFile/56/33>
- Wollmann, D., Steiner, M. T. A., Vieira, G. E., & Steiner, P. A. (2012). Avaliação de operadoras de saúde por usuários pelo método Analytic Hierarchy Process. *Rev. Saúde Pública*, 46(5), 777-783.
- YUMI, M. *Aplicação do Analytic Hierarchy Process para a tomada de decisões na logística*. Recuperado em 20 de março, 2019 de <http://www.ilos.com.br/web/aplicacao-do-ahp-anlytic-hierarchy-process-para-tomada-de-decisoes-na-logistica/>

APÊNDICE A - ENDEREÇOS DOS PORTAIS ELETRÔNICOS

Nº	ESTADO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
	CAPITAL	
01	Acre	http://transparencia.ac.gov.br/acessoainformacao/index.php
02	Rio Branco	http://transparencia.riobranco.ac.gov.br/
03	Alagoas	http://transparencia.al.gov.br/
04	Maceió	www.transparencia.maceio.al.gov.br/
05	Amapá	www.transparencia.ap.gov.br/
06	Macapá	http://transparencia2.macapa.ap.gov.br/
07	Amazonas	http://www.transparencia.am.gov.br/
08	Manaus	https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/home
09	Bahia	www.transparencia.ba.gov.br/
10	Salvador	http://transparencia.salvador.ba.gov.br/
11	Ceará	http://transparencia.ce.gov.br/
12	Fortaleza	https://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/
13	Distrito Federal	http://www.transparencia.df.gov.br/#/
14	Brasília*	-
15	Espírito Santo	www.transparencia.es.gov.br/
16	Vitória	http://transparencia.vitoria.es.gov.br/#
17	Goiás	http://www.transparencia.go.gov.br
18	Goiânia	http://www10.goiania.go.gov.br/TransWeb/PortaldaTransparencia.aspx
19	Maranhão	www.transparencia.ma.gov.br/
20	São Luís	http://www.lei131.com.br/ords/portal/f?p=661:1:
21	Mato Grosso	www.transparencia.mt.gov.br/
22	Cuiabá	http://transparencia.cuiaba.mt.gov.br/transparencia/servlet/portalcuiaba
23	Mato G. do Sul	www.portaldatransparencia.ms.gov.br/
24	Campo Grande	http://transparencia.campo grande.ms.gov.br/
25	Minas Gerais	www.transparencia.mg.gov.br/
26	Belo Horizonte	https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia
27	Pará	www.transparencia.pa.gov.br/
28	Belém	www.belem.pa.gov.br/transparencia/
29	Paraíba	http://transparencia.pb.gov.br/
30	João Pessoa	http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/
31	Paraná	www.portaldatransparencia.pr.gov.br/
32	Curitiba	www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/
33	Pernambuco	http://web.transparencia.pe.gov.br/
34	Recife	http://www2.recife.pe.gov.br/servico/portal-da-transparencia
35	Piauí	http://transparencia.pi.gov.br/apex/f?p=101:1
36	Teresina	http://transparencia.teresina.pi.gov.br/
37	Rio de Janeiro	www.transparencia.rj.gov.br
38	Rio de Janeiro	http://prefeitura.rio/web/transparenciacarioca
39	Rio G. do Norte	www.transparencia.rn.gov.br/
40	Natal	www.natal.rn.gov.br/transparencia/
41	Rio G. do Sul	www.portaldatransparencia.rs.gov.br
42	Porto Alegre	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/
43	Rondônia	http://transparencia.ro.gov.br/
44	Porto Velho	http://transparencia.portovelho.ro.gov.br/Site/Principal/
45	Roraima	www.transparencia.rr.gov.br/
46	Boa Vista	http://transparencia.boavista.rr.gov.br/portal/
47	Santa Catarina	www.transparencia.sc.gov.br
48	Florianópolis	http://www.pmf.sc.gov.br/transparencia/index.php
49	São Paulo	www.transparencia.sp.gov.br/
50	São Paulo	http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/home.aspx
51	Sergipe	www.transparenciasergipe.se.gov.br
52	Aracaju	http://transparencia.aracaju.se.gov.br/
53	Tocantins	http://transparencia.to.gov.br/
54	Palmas	http://portaldatransparencia.palmas.to.gov.br/

Quadro 12 - Endereços dos portais eletrônicos
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

*Nota: Não possui Portal da Transparência

APÊNDICE B – RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES COM AHP

Ordem	Estados	Publicidade	Compreensibilidade	Utilidade	Nota Geral
1º	MINAS GERAIS	42,12	11,81	40,77	94,69
2º	ESPIRITO SANTO	42,12	10,43	41,31	93,86
3º	RIO DE JANEIRO	42,12	11,81	36,67	90,59
4º	GOIÁS	42,12	10,43	37,49	90,04
5º	PERNAMBUCO	39,29	9,66	39,67	88,62
6º	SERGIPE	39,02	9,66	39,04	87,72
7º	PARÁ	42,12	10,43	34,97	87,52
8º	AMAZONAS	39,02	9,66	38,50	87,18
8º	PIAUI	39,02	9,66	38,50	87,18
10º	DISTRITO FEDERAL	39,02	10,43	37,41	86,86
11º	SANTA CATARINA	36,93	10,43	39,04	86,40
12º	MATO GROSSO	39,02	9,66	36,86	85,54
13º	CEARÁ	36,93	10,43	36,86	84,22
13º	RONDÔNIA	36,93	10,43	36,86	84,22
15º	TOCANTINS	34,84	9,66	39,04	83,54
16º	RIO GRANDE DO SUL	35,40	12,71	34,96	83,06
17º	PARAIBA	40,02	10,43	31,47	81,92
18º	ALAGOAS	36,46	9,66	35,57	81,69
19º	SÃO PAULO	39,02	9,66	31,27	79,95
20º	PARANÁ	31,53	10,43	35,83	77,79
21º	MARANHÃO	35,93	8,75	32,95	77,64
22º	MATO GROSSO DO SUL	39,02	8,75	26,89	74,66
23º	RORAIMA	28,44	8,75	35,49	72,68
24º	RIO GRANDE DO NORTE	28,44	9,66	29,20	67,30
25º	AMAPÁ	16,83	10,43	34,19	61,45
26º	BAHIA	27,44	9,66	18,51	55,61
27º	ACRE	25,58	5,74	8,91	40,23

Quadro 13 - Ranking dos portais dos estados 2018 - com modelagem AHP

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

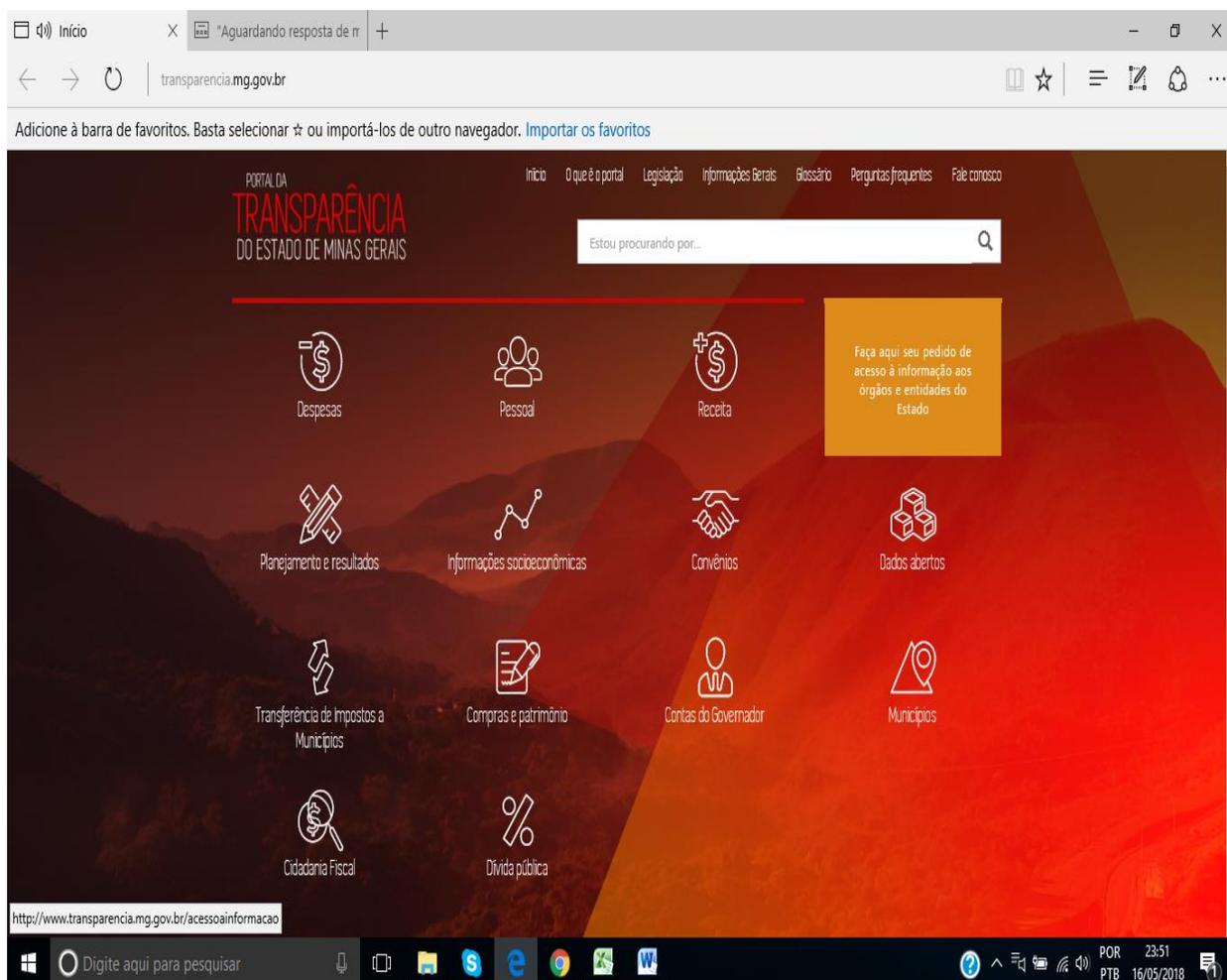
Ordem	Capital	Publicidade	Compreensibilidade	Utilidade	Nota Geral
1º	Curitiba	42,12	10,43	39,13	91,7
2º	Recife	42,12	10,43	38,04	90,6
3º	Rio de Janeiro	40,02	10,43	39,68	90,1
4º	São Paulo	42,12	9,66	38,04	89,8
5º	Fortaleza	39,02	11,81	38,50	89,3
6º	Belém	42,12	8,76	38,30	89,2
7º	Vitória	39,02	9,52	39,04	87,6
8º	Rio Branco	39,02	7,99	39,04	86,1
9º	Cuiabá	39,02	10,43	36,34	85,8
10º	Porto Alegre	39,02	9,52	36,89	85,4
11º	Salvador	39,02	10,43	34,40	83,8
12º	Porto Velho	39,02	8,75	35,78	83,6
13º	Florianópolis	42,12	8,76	32,33	83,2
14º	João Pessoa	36,93	10,43	35,22	82,6
15º	Natal	39,02	8,75	32,48	80,3
16º	Boa Vista	35,93	9,66	33,76	79,4
17º	Maceió	32,84	11,33	31,24	75,4
18º	Manaus	39,02	5,74	30,32	75,1
19º	Campo Grande	32,84	9,66	32,35	74,8
20º	Macapá	36,93	5,74	30,32	73,0
21º	Aracaju	33,84	8,75	28,57	71,2
22º	Palmas	35,40	7,22	24,99	67,6
23º	São Luís	30,21	7,98	16,44	54,6
24º	Belo Horizonte	23,81	8,89	19,68	52,4
25º	Teresina	4,19	7,99	11,76	23,9

26°	Goiânia	4,19	8,89	4,88	18,0
-----	---------	------	------	------	------

Quadro 14 - Ranking dos portais das capitais 2018 - com modelagem AHP
 Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

ANEXO A – PRINT DEMONSTRATIVO DA DATA DA COLETA

DOS DADOS DOS ESTADOS E CAPITAIS



Portal da Transparência | Transparência Salvador | Portal da Transparência x +

transparencia.fortaleza.ce.gov.br

Adicione à barra de favoritos. Basta selecionar ☆ ou importá-los de outro navegador. [Importar os favoritos](#)

Prefeitura de Fortaleza

Acesso à Informação

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE FORTALEZA

INÍCIO RECEITAS DESPESAS CONTAS PÚBLICAS ORÇAMENTO PLANEJ. E MONIT. LICITAÇÕES CONTRATOS CONVÊNIOS CONTATO

CONTRASTE | A- A A+

CONSULTAS

- Receitas
- Despesas
- Contas Públicas
- Orçamento
- Planej. e Monit.
- Licitações
- Contratos
- Convênios
- Informações de Servidores

INFORMAÇÕES

- Missão do Portal
- Legislação
- Educação Fiscal
- Glossário
- Links Úteis
- Pesquisa de Satisfação
- Perguntas Frequentes
- Órgãos e endereços

GUIA PORTAL
Acesse nosso guia de auxílio ao usuário.

Receitas Detalhadas

Despesas Detalhadas

Receitas Totais por Grupos

Despesas Totais por Grupos

Receitas Tributárias

Despesas Totais por Órgãos

Transferências Federais

Despesas por Função de Governo

Transferências Estaduais

Despesas por Programa

Windows | Digite aqui para pesquisar | S | e | W | Chrome | Taskbar icons | POR PTB 13:31 12/06/2018

ANEXO B – MODELOS DE ANÁLISE DOS ELEMENTOS

Elemento 1: Publicidade			
Parâmetros	Indicadores	Capacidade	Nota
1.1 Facilidade de acesso aos dados	A página inicial não apresenta as opções de consulta disponíveis	NULA = 0	
	A página inicial apresenta parcialmente opções de consulta	BAIXA = 1	
	A página inicial apresenta opções de consulta aos dados, de forma rígida.	MÉDIA = 2	
	A página inicial apresenta diferentes opções de consulta, com filtros e flexibilidade de manipulação dos dados.	ALTA = 3	
1.2 Qualidade da navegação	A página não acessa ou trava no acesso	NULA = 0	
	A página possui diversos banners, fotos e outros elementos que pesam e atrapalham a navegação.	BAIXA = 1	
	A página é rápida, porém sem recursos que auxiliem que pesam e atrapalham a navegação.	MÉDIA = 2	
	A página é bastante rápida, apresenta possibilidade de acesso em diferentes idiomas, permite configurar/formatar para visualização como desejado, apresenta recurso de acessibilidade.	ALTA = 3	
1.3 Frequências de atualização das informações	Informações, relatórios e notícias atualizadas a mais de um mês.	NULA = 0	
	Entre 8 e 30 dias	BAIXA = 1	
	De 2 a 7 dias	MÉDIA = 2	
	Atualizações em até 24 horas	ALTA = 3	
1.4 Possibilidades de consultas por diferentes períodos	Não possibilita opção de consulta por mês ou ano, e dados apenas do período atual.	NULA = 0	
	Não possibilita opção de consulta por mês ou ano, e dados dos últimos 4 anos	BAIXA = 1	
	Possibilita consultas por mês ou ano, a dados até 10 anos.	MÉDIA = 2	
	Possibilita consultas por mês, ano, acumulado, comparação do mês em diferentes períodos, superior a 10 anos	ALTA = 3	

Quadro 15 - Modelo de análise: elemento publicidade

Fonte: Adaptado de Platt Neto (2005); Platt Neto et al. (2009); Allegretti & Platt Neto; (2011, p. 86); Raupp (2011); Jahns e Raupp (2016, p. 58).

Elemento 2: Compreensibilidade			
Parâmetros	Indicadores	Capacidade	Nota
2.1 Uso de linguagem acessível	Extremamente técnica	NULA = 0	
	Técnica	BAIXA = 1	
	Clara, porém, pouco objetiva.	MÉDIA = 2	
	Clara e objetiva	ALTA = 3	
2.2 Uso de recursos que facilitem o entendimento	Sem recursos	NULA = 0	
	Breves informações sobre o portal	BAIXA = 1	
	Informações sobre o portal, "perguntas frequentes" ou "manual de navegação".	MÉDIA = 2	
	Informações sobre o portal, "perguntas frequentes" e "manual de navegação".	ALTA = 3	
2.3 Fornecimento de informações complementares	Sem informações complementares	NULA = 0	
	Link para sítios de interesse	BAIXA = 1	
	Link para sítios de interesse e glossário de termos afeitos à gestão pública	MÉDIA = 2	
	Link para sítios de interesse e glossário de termos afeitos à gestão pública e notas e informações complementares	ALTA = 3	
2.4 Ações de formação de usuários	Sem programas	NULA = 0	
	Programa de educação fiscal/financeiro, com inscrições pelo site.	BAIXA = 1	
	Programa de educação fiscal/financeiro, com informações, contatos, legislação pertinente.	MÉDIA = 2	
	Programa de educação fiscal/financeiro, com informações, contatos, legislação pertinente, material de apoio, e cursos à distância.	ALTA = 3	
2.5 Interação com usuários	Não apresenta ícones e informações para interação.	NULA = 0	
	Apenas telefone e e-mail para contato.	BAIXA = 1	
	Apresenta telefone, e-mail, formulário e "fale conosco".	MÉDIA = 2	
	Apresenta telefone, e-mail, formulário e "fale conosco" e fóruns ou chats para informações.	ALTA = 3	

Quadro 16 - Modelo de análise: elemento compreensibilidade

Fonte: Adaptado de Platt Neto (2005); Platt Neto *et al.* (2009); Allegretti & Platt Neto; (2011, p. 86); Raupp (2011); Jahns e Raupp (2016, p. 58).

Elemento 3: Utilidade			
Parâmetros	Indicadores	Capacidade	Nota
3.1 Evidenciação de aspectos legais	Sem menção à legislação	NULA = 0	
	Apenas menciona que cumpre a legislação	BAIXA = 1	
	Apresenta principais aspectos legais relativos à transparência	MÉDIA = 2	
	Apresenta ícone exclusivo com aspectos legais e seu cumprimento	ALTA = 3	
3.2 Disponibilização de séries históricas	Apenas exercício corrente	NULA = 0	
	Até 4 anos	BAIXA = 1	
	Até 10 anos	MÉDIA = 2	
	Mais de 10 anos	ALTA = 3	
3.3 Disponibilização de dados para download	Não disponibiliza	NULA = 0	
	Apenas em pdf sem possibilidade de cópia	BAIXA = 1	
	Permite cópia	MÉDIA = 2	
	Em vários formatos, permitindo manipulação de dados	ALTA = 3	
3.4 Confiabilidade das informações	Sem possibilidade de verificação	NULA = 0	
	Apresenta origem das informações	BAIXA = 1	
	Apresenta origem das informações e órgão responsável	MÉDIA = 2	
	Apresenta ao final de cada relatório origem da informação e responsável	ALTA = 3	
3.5 Disponibilização de todas as fases da execução orçamentária e financeira, com detalhamento da arrecadação e das despesas.	Não apresenta	NULA = 0	
	Apresenta dados estáticos	BAIXA = 1	
	Apresenta dados completos, porém não permite formatação.	MÉDIA = 2	
	Apresenta os dados e permite formatação de acordo com interesse do usuário	ALTA = 3	
3.6 Disponibilização das informações sobre procedimentos licitatórios, convênios, contratos e sobre servidores	Não apresenta informações	NULA = 0	
	Apresenta <i>links</i> para processos licitatórios e informações incompletas sobre salários e servidores	BAIXA = 1	
	Apresenta informações completas sobre licitações, contratos, convênios e salários, porém sem possibilidade de download e manipulação	MÉDIA = 2	
	Apresenta informações completas sobre licitações, contratos, convênios e salários, com possibilidade de download e manipulação	ALTA = 3	
3.7 Pertinência das informações	Muitas informações sem atenção à prestação de contas e propaganda de governo	NULA = 0	
	Algumas informações sem atenção à prestação de contas	BAIXA = 1	
	Basicamente informações sobre prestação de contas do governo	MÉDIA = 2	
	Apenas informações relacionadas à prestação de contas	ALTA = 3	

Quadro 17 - Modelo de análise: elemento utilidade

Fonte: Adaptado de Platt Neto (2005); Platt Neto et al. (2009); Allegretti & Platt Neto; (2011, p. 86); Raupp (2011); Jahns & Raupp (2016, p. 58).